

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 21/05/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador da Fazenda Nacional**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de anulação, por apresentar duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, tratam-se das questões 64 e 97.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Procurador da Fazenda Nacional**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/2365a8ca-6c9f-4ac6-8d99-491c40c9141c>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/1dc29c0c-d5e2-4541-8a6f-0f3b0b1b6b3e>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Procurador da Fazenda Nacional - PFN \(AGU\) \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

QUESTÃO 1 - No que se refere ao sistema tributário nacional e às normas gerais de direito tributário, julgue os itens a seguir.

I - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II - Considerado o conceito legal de tributo, deve-se reconhecer a natureza tributária da taxa de ocupação dos terrenos de marinha.

III - Apesar do caráter compulsório do tributo, a legislação por vezes permite ao contribuinte a opção por regimes tributários alternativos, como o Simples Nacional, o que não descaracteriza a natureza tributária da obrigação.

IV - A destinação legal do produto da arrecadação é irrelevante para aferir a natureza jurídica específica do tributo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, posto que corretos os itens III e IV.

O item I está incorreto, pois conforme art. 3º do CTN, tributo não pode constituir sanção de ato ilícito.

O item II está incorreto, pois conforme art. 39, §2º da Lei 4.320/64, as taxas de ocupação compõem a dívida ativa não tributária. Ademais, há parecer da própria PFN no sentido de a taxa de ocupação não ter natureza tributária.

O item III está correto, posto que o Simples Nacional é um regime tributário alternativo, cuja adesão é opção do contribuinte, e que não descaracteriza a natureza tributária da obrigação. Há previsão na própria CF (art. 146, III, alínea d, e parágrafo único, inciso I).

O Item IV está correto conforme art. 4º, II, CTN.

QUESTÃO 2 - Assinale a opção correta a respeito do regime tributário das autarquias, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, à luz do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A imunidade tributária recíproca prevista na Constituição Federal de 1988 (CF) pode ser suprimida ou alterada por emenda constitucional (EC), por não constituir cláusula pétrea, tal



qual ocorreu com a edição da EC nº 3/1993, que criou temporariamente o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IPMF).

b) A imunidade constitucional recíproca, prevista na Constituição Federal de 1988 (CF), tem por objeto apenas impostos não alcançando as autarquias municipais, de modo que elas estão sujeitas ao pagamento do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido.

c) As sociedades de economia mista com atuação exclusiva na prestação de ações e serviços de saúde cujo capital social seja majoritariamente estatal e que não tenham por finalidade a obtenção de lucro gozam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal de 1988 (CF).

d) Quando imunes, as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam dispensadas da retenção de tributos, na condição de substitutas ou responsáveis tributárias.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial são beneficiárias da imunidade tributária constitucionalmente recíproca, desde que não haja cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme jurisprudência do STF: "(...) 3. As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea "a" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. (RE 580.264, rel. min. Joaquim Barbosa, red p/ o ac. min. Ayres Britto, P, j. 16-12-2010, DJE de 6-10-2011, Tema 115.)

A alternativa A está incorreta, pois a imunidade tributária recíproca é considerada cláusula pétrea.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 150, § 2º, da CF, a imunidade tributária recíproca se estende também às autarquias.

A alternativa D está incorreta, conforme entendimento firmado pelo STF no RE 202.987/SP, RE 446.530/SC. A imunidade não dispensa a retenção de tributos, na condição de substituta ou responsável tributária.

A alternativa E está incorreta, pois conforme Tema 1140, no julgamento da ACO 3410, tais entes são beneficiários da imunidade tributária independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

QUESTÃO 3 - Julgue os itens subsequentes, a respeito da competência tributária da União, com base no Código Tributário Nacional (CTN) e na jurisprudência do STF.

I - Apesar de a instituição do imposto sobre grandes fortunas competir à União, o não exercício da competência constitucional autoriza os estados, mediante convênio, a instituir o tributo a fim de concretizar os valores sociais da CF.

II - A concessão de incentivos, benefícios e isenções fiscais de impostos cuja arrecadação seja objeto de repartição constitucional depende de compensação aos entes menores.



III - A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

IV - Em que pese a possibilidade de delegação da competência tributária, a delegação não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item III está certo.**
- b) Apenas o item IV está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens I e III estão certos.**
- e) Apenas os itens II e IV estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, posto que somente o Item III está correto.

O Item I está incorreto, pois a competência tributária é indelegável, e seu não-exercício não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

O Item II está incorreto, pois conforme decidido no RE 705423 do STF, em sede de repercussão geral, a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais independe de compensação.

O Item III está correto, pois traz a literalidade do art. 7º do CTN.

O Item IV está incorreto, pois a competência tributária é indelegável. Ademais, conforme art. 7º, § 1º, do CTN, no caso de delegação das atribuições de arrecadar e fiscalizar, ficam compreendidas as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

QUESTÃO 4 - No que diz respeito à imunidade tributária de contribuições para a seguridade social, prevista na CF, assinale a opção correta.

- a) No que se refere às contribuições para a seguridade social, o texto constitucional faz menção à imunidade, quando, na verdade, deveria mencionar isenção, uma vez que a matéria foi submetida a reserva legal pelo próprio constituinte.**
- b) A imunidade de contribuições para a seguridade social abrange as contribuições devidas pelos empregados das entidades beneficentes de assistência social.**
- c) A imunidade de contribuições para a seguridade social prevista no art. 195 da CF tem o mesmo alcance subjetivo da imunidade de impostos, prevista no art. 150 da CF.**
- d) Cumpridos os requisitos para fruição da imunidade, a entidade beneficente não a perde em razão de alteração legislativa superveniente, haja vista a garantia do direito adquirido.**
- e) A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas na CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**, pois conforme julgado nas ADI 2.028/DF, ADI 2.036/DF, ADI 2.228/DF e ADI 2.621/DF do STF, a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social deve ser feito por meio de lei complementar.

A alternativa A está incorreta, pois o texto constitucional, em seu artigo 195, § 7º, faz menção à isenção, quando na verdade se trata de uma imunidade.

A alternativa B está incorreta, pois na literalidade do artigo 195 da CF, a imunidade não abrange as contribuições devidas pelos empregados das entidades beneficentes de assistência social.

A alternativa C está incorreta, pois a imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, alínea a, da CF é relativa, no aspecto subjetivo, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Por outro lado, a imunidade prevista no art. 195, § 7º da CF, somente é relativa, no aspecto subjetivo, às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

A alternativa D está incorreta, pois conforme jurisprudência do STF, não há direito adquirido a regime jurídico-tributário. Logo, havendo alteração legislativa superveniente, a entidade beneficente poderá perder a imunidade.

QUESTÃO 5 - O Ministério da Fazenda, a fim de obter recursos para custear crescentes gastos com a manutenção do sistema informatizado de controle de importações, propôs a criação de tributo via medida provisória, em cuja minuta se lê o seguinte.

Art. 1º Fica instituído encargo especial para utilização do sistema de registro de importação, administrado pela Receita Federal do Brasil (RFB).

§ 1º A taxa a que se refere o artigo anterior será devida à razão de R\$ 20,00 (vinte reais), no momento do registro da declaração de importação.

§ 2º O produto da arrecadação será destinado integralmente para custear a manutenção do sistema a que se refere o caput.

A minuta em questão foi encaminhada para análise jurídica da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Na situação hipotética apresentada, considerando a disciplina legal e constitucional das espécies tributárias, o procurador da PGFN deverá sugerir, ao emitir seu parecer, a alteração da nomenclatura "encargo especial", no caput do artigo 1º, para

- a) contribuição de melhoria.**
- b) contribuição social alfandegária.**
- c) contribuição de intervenção no domínio econômico.**
- d) imposto.**
- e) taxa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A medida provisória hipotética, trazida pela questão, traz em seu art. 1º, § 2º, que o produto da arrecadação será destinado integralmente para custear a manutenção do sistema de registro de importação. Logo, percebe-se que se trata de um tributo que tem destinação determinada, ou seja, arrecadação vinculada. Portanto, incorretas as alternativas A, B e D. Dentre as opções restantes (taxa ou CIDE), tem-se que a mais adequada é a taxa, posto que



em nenhum momento a questão faz uma referibilidade direta de fomento às atividades relativas à CIDE (artigo 149 da CF).

QUESTÃO 6 - Determinada pessoa jurídica foi dissolvida irregularmente no curso de ação de execução fiscal ajuizada contra ela pela PGFN. João, sócio que não detinha poder de direção à época da dissolução irregular, exercia poderes de gerência quando da ocorrência do fato gerador do tributo cobrado na execução fiscal.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

I - O fato de João ter atuado em cargo de direção no momento da ocorrência do fato gerador do tributo cobrado é motivo suficiente para que a execução fiscal possa ser redirecionada contra ele.

II - A execução fiscal não poderá ser redirecionada contra João se ficar demonstrado que ele não contribuiu para a dissolução irregular, não agiu com excesso de poder nem cometeu infração à lei ou ao contrato social.

III - A execução fiscal poderá ser redirecionada contra João se ficar provado que ele atuou com excesso de poder ou cometeu infração à lei, ainda que se tenha retirado do cargo de direção antes da dissolução irregular da empresa.

Assinale a opção correta.

- a) penas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) A penas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, posto que corretos os itens II e III.

O Item I está incorreto, pois conforme decidido pelo STJ em sede de Recurso Repetitivo – Tema 962, o fato de ter atuado em cargo de direção no momento da ocorrência do fato gerador do tributo cobrado é não é motivo suficiente para que a execução fiscal possa ser redirecionada contra si. É a data da dissolução irregular é que caracteriza o redirecionamento.

O Item II está correto, pois conforme decidido pelo STJ em sede de Recurso Repetitivo – Tema 962, o fato de ter atuado em cargo de direção no momento da ocorrência do fato gerador do tributo cobrado é não é motivo suficiente para que a execução fiscal possa ser redirecionada contra si. É a data da dissolução irregular é que caracteriza o redirecionamento.

O Item III está correto, pois conforme art. 135, III do CTN, a execução fiscal poderá ser redirecionada contra gerente se ficar provado que ele atuou com excesso de poder ou cometeu infração à lei. Considera-se, aqui, a data do ato ilícito.

QUESTÃO 7 - Em sede de embargos à execução, o executado questionou o fundamento legal que havia embasado o lançamento do tributo e alegou haver dúvidas quanto às circunstâncias materiais do fato que havia dado origem à aplicação de uma penalidade em



matéria tributária. Ao analisar o caso, o juiz competente concordou com a situação de dúvida em relação à penalidade.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN, caberá ao juiz

- a) interpretar a legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte apenas quanto à multa.**
- b) interpretar a legislação tributária literalmente quanto ao tributo e à multa.**
- c) interpretar a legislação tributária de modo a admitir a aplicação da equidade apenas quanto ao tributo.**
- d) interpretar a legislação tributária da forma mais favorável à União, para preservar o tributo.**
- e) interpretar a legislação tributária restritivamente quanto à multa, mas não quanto ao tributo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme art. 112, IV, do CTN. Trata-se de interpretação da legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte, a qual somente ocorrerá em caso de dúvida, e apenas em relação à multa, e não em relação ao tributo.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 112, IV, do CTN, trata-se de interpretação da legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte (e não de interpretação literal), a qual somente ocorrerá em caso de dúvida, e apenas em relação à multa, e não em relação ao tributo.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 112, IV, do CTN, trata-se de interpretação da legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte (e não de equidade), a qual somente ocorrerá em caso de dúvida, e apenas em relação à multa, e não em relação ao tributo.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 112, IV, do CTN, trata-se de interpretação da legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte (e não à União).

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 112, IV, do CTN, trata-se de interpretação da legislação tributária da forma mais favorável ao contribuinte (e não de interpretação restritiva), a qual somente ocorrerá em caso de dúvida, e apenas em relação à multa, e não em relação ao tributo.

QUESTÃO 8 - O STF e o STJ reconhecem a validade da tributação de rendimentos provenientes de atos ilícitos, pois a interpretação legal do fato gerador é feita abstraindo-se a validade jurídica dos atos praticados, a natureza do objeto ou os efeitos desses atos.

Trata-se da aplicação do princípio tributário

- a) da tipicidade.**
- b) da legalidade.**
- c) da isonomia.**
- d) do non olet.**
- e) da capacidade contributiva.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. “Pecunia non olet” é um brocardo romano que significa “O dinheiro não tem cheiro”. Ou seja, aquele que auferir renda deverá pagar imposto sobre ela, sendo



irrelevante para o surgimento da obrigação tributária se tal renda foi auferida de modo lícito ou ilícito. O STF, inclusive, tem entendimento neste sentido, no julgamento do HC 77.530/RS.

QUESTÃO 9 - A respeito da transação tributária, regulada pela Lei nº 13.988/2020, assinale a opção correta.

a) A adesão do sujeito passivo à transação não impede que sejam restituídos valores pagos em parcelamentos formalizados anteriormente à transação.

b) A partir da proposta de transação, fica suspensa exigibilidade dos créditos tributários objeto da proposta, como forma de demonstrar a boa-fé entre as partes.

c) É possível o aproveitamento de valores quitados pelo sujeito passivo em parcelamento para compensar débitos incluídos na transação.

d) A proposta de transação não suspende a tramitação de execuções fiscais em curso, salvo se houver convenção entre as partes para a suspensão do processo judicial.

e) Após a proposta de transação, a suspensão de execuções fiscais dependerá da existência de bens do sujeito passivo que assegurem a satisfação do crédito tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme art. 12, caput e § 1º, da Lei 13.988/2020. De fato, a proposta de transação não suspende a tramitação de execuções fiscais em curso. No entanto, havendo convenção entre as partes, é possível a suspensão do processo judicial.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 7º da Lei 13.988/2020, a adesão do sujeito passivo à transação impede que sejam restituídos valores pagos em parcelamentos formalizados anteriormente à transação.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 12 da Lei 13.988/2020, a proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos tributários objeto da proposta.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 7º da Lei 13.988/2020, não é possível tal compensação.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 12 da Lei 13.988/2020, não há de se falar em suspensão da execução fiscal.

QUESTÃO 10 - A União publicou edital com proposta de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia, nos termos da Lei nº 13.988/2020. A pessoa jurídica ABC possuía débitos em fase de discussão administrativa e débitos inscritos em dívida ativa da União, todos tendo por objeto a tese prevista no edital de transação publicado.

Nesse contexto, os sócios da pessoa jurídica ABC resolveram aderir à transação, a fim de resolver sua situação fiscal com a União.

Nessa situação hipotética, para consumar a adesão, a pessoa jurídica ABC deverá

a) comprometer-se a aceitar o entendimento da administração tributária para todos os litígios que envolvam a tese objeto da transação, inclusive para fatos geradores futuros.

b) incluir todos os débitos inscritos em dívida ativa, podendo optar por incluir ou não os débitos em fase de discussão administrativa.



c) solicitar a inclusão de todos os débitos objeto de litígio, desde que haja decisão definitiva que ateste a existência do débito.

d) esperar a conclusão dos litígios referentes aos débitos em fase de discussão administrativa, para que haja certeza e liquidez dos débitos a serem incluídos na transação.

e) desistir dos litígios relativos aos débitos em fase de discussão administrativa, desde que os fatos geradores tenham ocorrido antes da publicação do edital de transação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme arts. 17, § 1º, III e 19, § 1º, II, ambos da Lei 13.988/2020. O sujeito passivo que aderir à transação deve se sujeitar ao entendimento dado pela administração tributária à questão em litígio, em relação aos fatos geradores futuros ou não consumados.

QUESTÃO 11 - Em março de 2018, determinado contribuinte impetrou mandado de segurança no qual questionou a inclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nas bases de cálculo da contribuição feita ao Programa de Integração Social (PIS) e da contribuição ao financiamento da seguridade social (COFINS).

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação tributária vigente, da CF e da jurisprudência do STF.

a) A pretensão deverá ser acolhida apenas no tocante à incidência das contribuições sobre o ICMS - destacado nas notas fiscais - cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 15/3/2017, quando o STF modulou o tema e fixou tese no sentido de que o referido imposto não compõe a base de cálculo das contribuições em questão.

b) A pretensão é inviável, uma vez que o STF admitiu que a inclusão do ICMS nas bases de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS é compatível com o texto constitucional, independentemente da data de ajuizamento da ação.

c) A pretensão deverá ser acolhida apenas no que tange à incidência das contribuições sobre o ICMS apurado mensalmente - até a vigência da Lei nº 12.973/2014, que alterou o conceito de receita bruta para contemplar os tributos sobre ela incidentes, conforme a modulação de efeitos proclamada pelo STF.

d) A pretensão é viável em parte, uma vez que o ICMS apurado mensalmente - pode compor a base de cálculo apenas da COFINS, aplicado esse cálculo apenas às ações ajuizadas até 15/3/2017, conforme a modulação de efeitos proclamada pelo STF.

e) A pretensão deverá ser acolhida em relação aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, no tocante aos pagamentos das contribuições sobre o ICMS - apurado mensalmente - aplicado esse cálculo às ações ajuizadas a partir de 15/3/2017, quando o STF fixou tese no sentido de que o referido imposto não compõe a base de cálculo das referidas contribuições.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois conforme decidido pelo STF no 574706, o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência da contribuição para o PIS e a COFINS. Ademais, mencione-se que se trata do imposto destacado na nota, e não o tributo efetivamente recolhido. Por fim, houve modulação desta decisão, a qual somente passou a produzir efeitos a partir de 15/3/2017 (data da sessão de julgamento), ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até essa data.



Desta feita, a pretensão deverá ser acolhida apenas no tocante à incidência das contribuições sobre o ICMS destacado nas notas fiscais, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 15/3/2017, quando o STF modulou o tema e fixou tese no sentido de que o referido imposto não compõe a base de cálculo das contribuições em questão.

Como o contribuinte somente acionou o Poder Judiciário em março de 2018, não há de se falar acolhimento da pretensão em relação aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

QUESTÃO 12 - Determinada empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade por ações auferiu lucros por meio de empresa controlada situada em país de tributação favorecida – "paraíso fiscal" – e por meio de empresa coligada situada em país de tributação normal.

A RFB, a fim de aferir o imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a serem recolhidos pela empresa nacional em decorrência da participação nas pessoas jurídicas sediadas no exterior, considerou que os referidos lucros haviam sido disponibilizados para a empresa brasileira na data do balanço em que haviam sido apurados pelas empresas controlada e coligada, considerado o método da equivalência patrimonial (MEP), a teor do que dispõe o art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

À época dos fatos geradores dos referidos tributos, não havia acordo internacional de tributação do Brasil com os países envolvidos nessas operações.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, a apuração do IRPJ e da CSLL, realizada pela RFB por meio do MEP,

- a) é ilegítima em ambos os casos, porquanto, no que concerne às pessoas jurídicas, o Brasil adota a tributação em bases territoriais, e não universais, de modo que esta só seria possível com o ingresso efetivo do lucro.
- b) é ilegítima em ambos os casos, porquanto a utilização do MEP está condicionada à existência de acordos contra a bitributação entre os países envolvidos nas operações.
- c) é legítima somente em relação à empresa controlada.
- d) é legítima somente em relação à empresa coligada.
- e) é legítima em relação tanto à empresa controlada quanto à coligada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Conforme decidido pelo STF na ADI 2588/DF, na situação narrada pelo enunciado, a apuração do IRPJ e da CSLL é legítima em relação à empresa controlada, posto que sediada em paraíso fiscal, mas não em relação à coligada, posto que sediada em país de tributação normal (ou seja, não está em paraíso fiscal).

QUESTÃO 13 - A respeito da disciplina legal atinente aos preços de transferência, assinale a opção correta à luz da Lei nº 9.430/1996 e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) Em exportação de *commodities* sujeitas à cotação em bolsas de mercadorias e futuros internacionalmente reconhecidos, a técnica de cálculo para o arbitramento de preço parâmetro deverá ser o método do preço de venda por atacado no país de destino, diminuído o lucro.



b) A técnica antielisiva referente aos preços de transferência permite o arbitramento de preço parâmetro, nas operações com pessoas vinculadas no exterior, apenas para serviços e bens.

c) É legítima a criação de nova metodologia de cálculo de preços de transferência com vistas à apuração do preço parâmetro de bens importados, por meio de instrução normativa, ainda que isso importe a elevação dos tributos envolvidos na operação a ser gravada.

d) A legislação brasileira, no que tange aos preços de transferência, adota o padrão da *arm's length*, em contraposição ao modelo atualmente observado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

e) A utilização das margens predeterminadas para fins de cálculo de preços de transferência, considerados os custos, as despesas e os encargos constantes dos documentos de importação ou de aquisição, em operações efetuadas com pessoa vinculada, não se aplica aos casos de royalties, os quais permanecem subordinados às condições de dedutibilidade constantes da legislação vigente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois conforme § 9º do art. 18 da Lei 9.430/96, de fato, a utilização do preço de transferência como método de cálculo não se aplica aos royalties.

A alternativa A está incorreta, conforme § 6º do art. 18 da Lei 9.430/96.

A alternativa B está incorreta, posto que não há tal disposição na lei 9.430/96.

A alternativa C está incorreta, pois não é possível a criação de nova metodologia de cálculo de preços de transferências por meio de instrução normativa, só podendo se dar por meio de lei.

A alternativa D está incorreta, pois a OCDE também usa o padrão *arm's length*.

QUESTÃO 14 - A respeito da cobrança dos créditos tributários e não tributários, julgue os itens subsequentes.

I - A PGFN possui competência para inscrever em dívida ativa e cobrar os créditos tributários decorrentes do Simples Nacional, nada obstante o regime simplificado envolva tributos estaduais e municipais.

II - As contribuições devidas ao fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), que não possuem natureza tributária, não são passíveis de inscrição em dívida ativa, razão por que é inviável a sua cobrança por meio de execução fiscal.

III - Os créditos atinentes ao FGTS podem ser cobrados pela PGFN via protesto extrajudicial.

Assinale a opção correta.

a) A Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, posto que corretos os Itens I e III.



O Item I está correto, conforme art. 41, caput e § 1º e § 2º, da LC 123. De fato, como regra geral, a legitimidade passiva e ativa é da União Federal, que é representada em juízo por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional.

O Item II está incorreto, pois as contribuições do FGTS, apesar de não possuírem natureza tributária, são passíveis de inscrição em dívida ativa, podendo ser cobrado por meio de execução fiscal. Há, inclusive, artigo lançado na própria Revista da PFN (Ano VII, nº 10, 2017), tratando sobre o assunto.

O Item III está correto, pois os créditos do FGTS podem ser cobrados pela PFN via protesto extrajudicial. Há, inclusive, artigo lançado na própria Revista da PFN (Ano VII, nº 10, 2017), tratando sobre o assunto.

QUESTÃO 15 - Com base no disposto na Portaria PGFN nº 33/2018, julgue os itens seguintes, a respeito da gestão da dívida ativa da União, considerando a possibilidade de oferta antecipada de garantia em execução fiscal.

I - Uma vez notificado para pagamento do débito inscrito em dívida ativa, o devedor pode ofertar antecipadamente garantia em execução fiscal, desde que não indique bem ou direito que já tenha sido penhorado pela PGFN em outra cobrança.

II - A aceitação da oferta antecipada de garantia em execução fiscal não suspende a exigibilidade dos créditos inscritos em dívida ativa.

III - O fato de o bem indicado pelo devedor ser de difícil alienação não constitui motivo apto a permitir a rejeição, pela PGFN, da garantia antecipada ofertada, uma vez que a penhora poderá ser desfeita na execução fiscal.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, posto que correto apenas o Item II.

O Item I está incorreto, pois conforme art. 9º, § 2º, da Portaria nº 33/2018 da PFN, é possível indicar bem ou direito que já tenha sido penhorado pela PGFN em outra cobrança, desde que tal bem esteja avaliado em valor suficiente para garantia integral das dívidas.

O Item II está correto, pois conforme art. 13 da Portaria nº 33/2018 da PFN, de fato, a aceitação da oferta antecipada de garantia em execução fiscal não suspende a exigibilidade dos créditos inscritos em dívida ativa.

O Item III está incorreto, pois conforme art. 12, II, da Portaria nº 33/2018 da PFN, a PFN poderá recusar a oferta antecipada de garantia em execução fiscal, quando os bens forem de difícil alienação.



QUESTÃO 16 - Proposta execução fiscal para a cobrança de débitos tributários, após a não localização da empresa X no endereço cadastrado atualizado perante o fisco e ausente qualquer comunicação do encerramento das atividades da referida empresa, a PGFN peticionou ao juízo, requerendo o redirecionamento do feito executivo em face de Caio, terceiro não sócio que exercia poder de gerência no momento em que o fisco não encontrou a empresa X no endereço informado.

Com base nessa situação hipotética, na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos aspectos atinentes à execução fiscal.

a) É possível o redirecionamento da execução fiscal, porquanto a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco gera presunção absoluta de dissolução irregular apta a alcançar Caio, visto que é suficiente o exercício do poder de gerência verificado no momento da diligência, quando a empresa não foi encontrada no endereço informado ao fisco.

b) É possível o redirecionamento da execução fiscal, porquanto a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco gera presunção absoluta de dissolução irregular apta a alcançar Caio, visto que o exercício do poder de gerência na data em que foi presumida a dissolução irregular, desde que também existente à época em que ocorreu o fato gerador do tributo cobrado, constitui motivo suficiente para atingir a pessoa do gerente.

c) É possível o redirecionamento da execução fiscal, porquanto a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco gera presunção relativa de dissolução irregular apta a alcançar Caio, visto que o exercício do poder de gerência na data em que foi presumida a dissolução irregular, desde que também existente à época em que ocorreu o fato gerador do tributo cobrado, constitui motivo suficiente para atingir a pessoa do gerente.

d) Não é possível o redirecionamento da execução fiscal, visto que, embora a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco dê ensejo a presunção relativa de sua dissolução irregular, a execução não tem o condão de alcançar Caio, dada a sua condição de não sócio à época da diligência.

e) É possível o redirecionamento da execução fiscal, porquanto a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco gera presunção relativa de dissolução irregular das atividades apta a alcançar Caio, visto que o exercício do poder de gerência na data em que foi presumida a dissolução irregular da empresa constitui motivo suficiente para atingir a pessoa do gerente, ainda que o referido poder não tenha sido exercido à época em que ocorreu o fato gerador do tributo cobrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Conforme entendimento do STJ no Tema 981, é possível o redirecionamento da execução fiscal, porquanto a não localização da empresa X no endereço informado ao fisco gera presunção relativa de dissolução irregular das atividades apta a alcançar Caio, visto que o exercício do poder de gerência na data em que foi presumida a dissolução irregular da empresa constitui motivo suficiente para atingir a pessoa do gerente, ainda que o referido poder não tenha sido exercido à época em que ocorreu o fato gerador do tributo cobrado.

QUESTÃO 17 - A contribuição devida pelo empregador em caso de desligamento de empregado sem justa causa, conforme previsão da Lei Complementar (LC) nº 110/2001, possui natureza jurídica de



a) contribuição para a seguridade social, tendo por finalidade exclusiva e já exaurida a recomposição do FGTS, considerada a decisão do STF que determinou a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do FGTS.

b) contribuição social geral, tendo por finalidade não exclusiva, embora já exaurida, a recomposição do FGTS, considerada a decisão do STF que determinou a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do FGTS.

c) contribuição social geral, tendo por finalidade exclusiva e já exaurida a recomposição do FGTS, considerada a decisão do STF que determinou a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do FGTS.

d) contribuição para a seguridade social, tendo por finalidade não exclusiva, embora já exaurida, a recomposição do FGTS, considerada a decisão do STF que determinou a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do FGTS.

e) contribuição social para a seguridade social, tendo por finalidade exclusiva, ainda não exaurida, a recomposição do FGTS, considerada a decisão do STF que determinou a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois conforme decidido pelo STF no RE 878313, trata-se de contribuição social geral que tem por finalidade não exclusiva a recomposição do FGTS: "(...) 1. O tributo previsto no art. 1º da Lei Complementar 110/2001 é uma contribuição social geral, conforme já devidamente pacificado no julgamento das ADIs 2556 e 2558. (...) 3. O objetivo da contribuição estampada na Lei Complementar 110/2001 não é exclusivamente a recomposição financeira das perdas das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS em face dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos Verão e Collor." (RE 878313, Relator(a): MARCO AURELIO, Relator(a) / Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-221 DIVULG 03-09-2020 PUBLIC 04-09-2020)

QUESTÃO 18 - No que tange à não cumulatividade das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à COFINS, a teor da CF e da legislação de regência, bem como observada a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

I - A não cumulatividade das contribuições ao PIS e à COFINS opera de maneira diversa da não cumulatividade do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do ICMS, visto que é incompatível com a técnica da base sobre base, competindo ao legislador constitucional disciplinar o funcionamento da sistemática.

II - O conceito de insumo, para fins de aplicação da não cumulatividade das contribuições ao PIS e à COFINS, deve abranger a essencialidade ou a relevância do item, que pode ser bem ou serviço, para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

III - A vedação legal de creditamento concernente às despesas com aluguel e aos custos decorrentes de arrendamento mercantil, inclusive de bens que já integravam o patrimônio da pessoa jurídica quando do advento dessa norma legal proibitiva, considerado o regime não cumulativo das contribuições ao PIS e à COFINS, é incompatível com a CF, pois despreza o princípio da isonomia e da proteção à confiança.

Assinale a opção correta.



- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois somente o Item II está correto.

O Item I está incorreto, pois a não cumulatividade das contribuições ao PIS e à COFINS é compatível com a técnica da base sobre base.

O Item II está correto, pois, de fato, o conceito de insumo deve abranger a essencialidade ou a relevância do item, para fins de aplicação da não cumulatividade das contribuições ao PIS e à COFINS. Há inclusive entendimento do STJ, fixado em sede de recurso repetitivo, sobre o tema (REsp 1221170-PR).

O Item III está incorreto, pois, na verdade, tal vedação é compatível com a CF. Conforme recente julgado do STJ (REsp 1747824-SP), durante a vigência do arrendamento mercantil, é possível deduzir da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS as receitas oriundas da alienação de bens do ativo permanente.

QUESTÃO 19 - A respeito do Simples Nacional, observado o disposto na CF e na LC n° 123/2006, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

I - A pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações não se compatibiliza com o regime tributário do Simples Nacional.

II - É legítima a cumulação do regime tributário atinente ao Simples Nacional com o decorrente da tributação em separado de determinado tributado, ainda que contemplado pelo recolhimento simplificado quando a tributação por meio de regime híbrido se revelar mais vantajosa.

III - A regra de imunidade prevista no texto constitucional atinente às receitas decorrentes de exportação não alcança os contribuintes incluídos no regime tributário do Simples Nacional, porquanto é inviável decotar a receita adstrita apenas às exportações do recolhimento unificado, sob pena de desvirtuar a técnica da simplificação.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, posto que apenas o Item I está correto.



O Item I está correto, pois conforme art. 3º, § 4º, X, da LC 123, as sociedades por ações não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123, ou seja, o Simples Nacional.

O Item II está incorreto, pois não é possível cumular o Simples Nacional com regime decorrente da tributação em separado de determinado tributado. Não é possível a criação de um regime híbrido mais vantajoso.

O Item III está incorreto, pois conforme art. 18, § 4º-A, IV, da LC 123, é possível decotar a receita adstrita às exportações do recolhimento unificado.

QUESTÃO 20 - Acerca do IPI, assinale a opção correta conforme a CF, a legislação de regência e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A seletividade do IPI, diversamente da atinente ao ICMS, é facultativa, mas, uma vez empregada, o legislador comum deverá observá-la na fixação das alíquotas correspondentes aos produtos sujeitos àquele imposto.

b) A adoção, por meio de decreto do Poder Executivo, de pautas fiscais que contenham classes de valores pré-fixados para o cálculo do IPI viola o princípio da reserva legal.

c) O IPI-importação está abrangido pelo recolhimento unificado do Simples Nacional razão por que é vedada a apropriação de créditos relativos ao pagamento daquele tributo.

d) A incidência do IPI pressupõe a realização de negócios jurídicos que envolvam produtos industrializados e nos quais seja caracterizada a transferência de titularidade do bem envolvido na operação.

e) O princípio da não cumulatividade não assegura direito de crédito de IPI para o contribuinte adquirente de produtos submetidos ao regime de suspensão da cobrança desse imposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois o IPI é um imposto objetivo. O fato gerador não é a atividade industrial, mas sim a operação com produto industrializado, ou seja, o que importa é haver a transmissão da titularidade.

A alternativa A está incorreta, pois houve inversão dos conceitos. Na verdade, a seletividade do IPI que é obrigatória, conforme art. 153, § 3º, I, da CF. Já a seletividade do ICMS é facultativa, conforme art. 155, § 2º, III, da CF.

A alternativa B está incorreta, pois é possível a adoção do regime de pauta fiscal para cobrança do IPI. A alternativa tenta confundir o candidato quanto à redação da Súmula 431 do STJ, relativa ao ICMS.

A alternativa C está incorreta, pois o IPI importação não está abrangido pelo Simples Nacional, conforme art. 13, § 1º, XII, da LC 123.

A alternativa E está incorreta, pois a tese fixada pelo STF no Tema 844 abarca tão somente os insumos não tributados, isentos ou sujeitos à alíquota zero, não incluindo os produtos submetidos ao regime de suspensão da cobrança.

QUESTÃO 21. À luz da disciplina legal das receitas públicas e da atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.



a) De acordo com a EC nº 102/2019, as receitas decorrentes de *royalties* de petróleo têm natureza tributária.

b) A distinção entre entrada e receitas públicas se dá no âmbito do princípio da unidade de tesouraria.

c) Os depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a tributos administrados pela PGFN serão repassados para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos.

d) O superávit do orçamento corrente é considerado receita de capital e poderá integrar o patrimônio de fundos especiais, independente de autorização legislativa.

e) O lucro advindo da exploração de atividade econômica pelo Estado deverá ser classificado como receita originária, industrial e de capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O fundamento da alternativa C encontra respaldo no §2º do art. 1º da Lei nº 9.703/98, que dispõe: “Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União. Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.”

A alternativa A está incorreta. Os royalties possuem natureza jurídica de receita transferida não tributária de cunho originário emanada da exploração econômica do patrimônio público, afastada sua caracterização seja como tributo, seja como indenização. (Precedente: RE 228.800)

A alternativa B está incorreta. Os conceitos de entrada e receita pública relacionam-se com o critério de definitividade, não sendo possível a utilização do princípio da unidade da tesouraria para justificar a diferenciação dos institutos.

A alternativa D está incorreta, com base na jurisprudência do STF. Vejamos: eventual superávit apurado ao final do exercício financeiro há de ser incorporado à conta única do Tesouro, viabilizando aos Poderes Executivo, responsável pela contabilidade das receitas, e Legislativo a definição do orçamento estadual, observado o princípio da separação dos poderes – artigo 2º da Constituição Federal. (...) Conflita com a Constituição Federal norma a direcionar, a fundo voltado ao pagamento de despesas do Judiciário, em caráter automático e compulsório, saldo orçamentário positivo, considerada a vedação à ‘vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa’ – artigos 2º e 167, inciso IV, da Lei Maior. [ADI 6.045, rel. min. Marco Aurélio, j. 22-6-2020, P, DJE de 17-7-2020.] O Superavit, por sua vez, é considerado receita de capital. Art. 11, §2º da Lei 4320/64.

A alternativa E está incorreta. Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Já as Receitas públicas derivadas, também segundo a doutrina, são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Trata-se de classificação quanto a origem da receita. Já quanto à categoria econômica, a receita pode ser dividida em Receitas Correntes e Receitas de Capital. A assertiva misturou as classificações.



QUESTÃO 22. No que se refere às transferências voluntárias e obrigatórias de recursos e à concessão de empréstimos entre entes federados, assinale a opção correta, considerando o entendimento firmado pelo STF.

a) O montante previsto para as receitas de operação de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes no projeto de lei orçamentária, inclusive nas operações de crédito mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.

b) Na hipótese de descumprimento de percentuais mínimos de aplicação de recursos em ações e ações em serviços públicos de saúde, a União poderá restringir, a título de medida preliminar as transferências constitucionais obrigatórias, independentemente de controle judicial.

c) A necessidade de previsão legislativa para efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação como condição para o recebimento de transferências voluntárias é inconstitucional.

d) É possível a retenção de recursos de transferências voluntárias por previsão em acordo ou convênio, independentemente de procedimento de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, após a devida notificação do ente faltoso e após o decurso do prazo nela previsto.

e) É vedada a concessão de empréstimos por instituições financeiras privadas para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A jurisprudência do STF assim dispõe: “A inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido: a) após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada) e; b) após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.” [RE 1.067.086, rel. min. Rosa Weber, j. 16-9-2020, P, DJE de 21-10-2020, Tema 327.]

A alternativa A está incorreta. Nesse sentido, o Art. 167 (CFRB/88): “São vedados: III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;”

A alternativa B está incorreta. Sobre o tema, dispõe o Art. 26, § 1º (LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012): “No caso de descumprimento dos percentuais mínimos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, verificado a partir da fiscalização dos Tribunais de Contas ou das informações declaradas e homologadas na forma do sistema eletrônico instituído nesta Lei Complementar, a União e os Estados poderão restringir, a título de medida preliminar, o repasse dos recursos referidos nos incisos II e III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal ao emprego em ações e serviços públicos de saúde, até o montante correspondente à parcela do mínimo que deixou de ser



aplicada em exercícios anteriores, mediante depósito direto na conta corrente vinculada ao Fundo de Saúde, sem prejuízo do condicionamento da entrega dos recursos à comprovação prevista no inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal.”

A alternativa C está incorreta. Na AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.365 DISTRITO FEDERAL o STF julgou constitucional o Art. 11 da LRF. Vejamos: “Nesse sentido, não houve qualquer desrespeito aos princípios e regras constitucionais do sistema tributário nacional e da distribuição de receitas, pois a LRF, no caput de seu art. 11 – não impugnado –, ao estabelecer como requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, tão somente criou uma vinculação para a própria União: a obrigatoriedade de observância desse requisito, em relação aos impostos, para a realização de transferências voluntárias aos Estados, Municípios e Distrito Federal. A disciplina legal do parágrafo único do art. 11 da LRF manteve a fiel obediência às duas características constitucionais básicas do Sistema Tributário Nacional”

A alternativa E está incorreta. A CF em seu Art. 167 determina: “São vedados: X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” A Constituição Federal (artigo 167, inciso X) veda a concessão de empréstimos por instituições estatais para o pagamento de despesas com pessoal. Não há impedimento para a realização de empréstimos com instituições financeiras privadas para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.

QUESTÃO 23. Durante à execução de convênio celebrado entre a União – por intermédio dados Ministérios da Saúde e da Educação — e um estado brasileiro, para distribuição de absorventes higiênicos em escolas públicas estaduais, verificou-se, mediante denúncia, à ausência de comprovação da aplicação integral dos recursos transferidos pela União no contrato de fornecimento, dos itens essenciais. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta em relação à fiscalização da gestão fiscal.

a) A autoridade responsável pelo controle interno do convênio deverá adotar medidas imediatas para instauração de tomada de contas especial perante o tribunal de contas do estado, sob pena de responsabilidade solidária.

b) Fixado prazo para adoção das providências necessárias à regularização, o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá sustar a execução do contrato de fornecimento dos absorventes higiênicos, celebrado por convênio.

c) Verificada a irregularidade nas contas, e não havendo débitos, o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá determinar a audiência do responsável, para apresentar justificativa no prazo estabelecido em seu regimento interno.

d) Constatada irregularidade no contrato, eventual ação de ressarcimento ao erário fundada na decisão do tribunal de contas será imprescritível.

e) O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá manter o sigilo da autoria da denúncia, sem necessidade de justificativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



O fundamento encontra-se no art. 43. inciso II, da Lei nº 8443/92: “Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal: [...] II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa.”

A alternativa A está incorreta. O caso não trata de hipótese de competência do tribunal de contas do estado, mas sim do Tribunal de Contas da União para fins de tomada de contas.

A alternativa B está incorreta. Não há que se falar em possibilidade e sustação de contrato. A CF permite apenas a sustação de ato, nos termos do art. Art. 71, X, e §1º.

A alternativa D está incorreta, uma vez que não que se falar em imprescritibilidade em ação de ressarcimento. O entendimento fixado no tema n. 899 (Recurso Extraordinário 636.866) o Supremo concluiu que é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas.

A alternativa E está incorreta. Sobre o assunto, a Lei nº 8.443/92, em seu art. 55, §3º, prevê: “No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria. § 3º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter o sigilo do objeto e da autoria da denúncia quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 24. A respeito do endividamento público, julgue os itens a seguir.

I. Precatório judicial emitido a partir de 5 de maio de 2000 e não pago no exercício de emissão não é classificado como dívida fundada.

II. O sistema de garantias da União exige que pedidos de autorização para a realização de operações de crédito interno de interesse dos entes e que envolvam aval ou garantia da União sejam precedidos de parecer da PGFN

III. A vinculação de receitas de impostos em contratos de contragarantia firmados entre ente beneficiário e a União é autorizada pela CF.

IV. As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) junto às instituições financiadoras poderão ser objeto de novação, desde que haja parecer de PGFN, na qualidade de administradora do FCVS, que reconheça a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida caracterizada.

a) I e IV.

b) II e III.

c) III e IV

d) I, II e III.

e) I, II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Os Itens II e III estão corretos.

Apenas o item I está incorreto. LRF art. 30, §7º: “Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.”



O item II está correto. Tal previsão encontra-se no manual de garantias da União.

O item III está correto. Nesse sentido, temos o ART. 167, IV e §4º da CF/88. Vejamos: “a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

“§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.”

O item IV está incorreto. O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) já se encontra extinto e não era de competência da PGFN, mas sim da Caixa Econômica Federal.

A alternativa A, C, D e E estão incorretos.

QUESTÃO 25. O espólio de Francisco, portador de cardiopatia grave, ajuizou ação para restituição de imposto de renda de pessoa física (IRPF) descontado na fonte sobre seus proventos de aposentadoria. A sentença judicial condenou a PGFN à devolução do valor de R\$180.000,00, sendo incontroverso o montante de R\$ 30.000,00. Depois de apresentar recurso sobre o quantum controverso, o espólio peticionou pela expedição de requisição de pequeno valor (RPV) da parte incontroversa. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito do regime jurídico-constitucional de pagamento de débitos pela fazenda pública.

a) É constitucional a expedição de RPV para pagamento da parte incontroversa e autônoma do pronunciamento judicial transitado em julgado ao espólio de Francisco.

b) caso o espólio de Francisco seja inscrito em dívida ativa da União por dívida de IRPF sobre salários, a fazenda nacional poderá utilizar o precatório em transação resolutiva de litígio.

c) O pagamento parcelado dos créditos não alimentares, ainda que não mais antigos do que os créditos alimentares, caracteriza preterição indevida de precatórios alimentares.

d) Caso o espólio de Francisco seja executado por inscrição em dívida ativa da União, o juízo responsável pela ação de cobrança poderá compensar, de ofício, débitos tributário e créditos de precatório.

e) Caso a fazenda nacional reste vencida quanto ao valor total pleiteado, sobre eventual precatório judiciário apresentado em 30/06/2021 e pago no exercício de 2024 incidirão juros compensatórios correspondentes ao período de janeiro de 2024 até o efetivo pagamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Nesse sentido, o teor do inciso V do Art. 11 (Lei nº LEI Nº 13.988/ 2020). Vejamos: “A transação poderá contemplar os seguintes benefícios: [...] V - o uso de precatórios ou de direito creditório com sentença de valor transitada em julgado para amortização de dívida tributária principal, multa e juros.”

Há, ainda, o teor do inciso I, §11, do art. 100 da CRFB/88, que também prevê a transação resolutiva de litígio.



A alternativa A está incorreta, uma vez que é vedado o fracionamento para fins de RPV. (art. 100, § 8º CRFB/88).

A alternativa C está incorreta. Não configura preterição. Nessa linha, a jurisprudência do STF. Vejamos: “O pagamento parcelado dos créditos não-alimentares, na forma do art. 78 do ADCT, não caracteriza preterição indevida de precatórios alimentares, desde que os primeiros tenham sido inscritos em exercício anterior ao da apresentação dos segundos, uma vez que, ressalvados os créditos de que trata o art. 100, § 2º, da Constituição, o pagamento dos precatórios deve observar as seguintes diretrizes.”(RE 612.707).

A alternativa D está incorreta. Sobre compensação, na ADI 4425, o STF entendeu que regime de compensação obrigatória trazido pelos §§ 9º e 10 da CF, ao estabelecer uma enorme superioridade processual à Fazenda Pública, viola a garantia do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da coisa julgada, da isonomia e afeta o princípio da separação dos Poderes.

A alternativa E está incorreta. Há incidência de juros de mora (e não compensatórios), no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. STF. Plenário. RE 579431/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 19/4/2017 (repercussão geral) (Info 861). STJ. Corte Especial. QO no REsp 1665599-RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 20/03/2019 (recurso repetitivo) (Info 645).

QUESTÃO 26. Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), assinale a opção correta.

a) O SFN é estruturado por um conjunto de órgãos, entidades e instituições financeiras, públicas e privadas que atuam na normatização, fiscalização e execução de transações relacionadas à política monetária e creditícia.

b) A CF determina que o SFN seja estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do Brasil e a servir aos interesses da coletividade, vedando a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

c) O Conselho Monetário Nacional (CMN), principal órgão operador do SFN é composto pelo ministro da fazenda, que o presidirá, pelo ministro do planejamento e orçamento e pelo presidente do Banco Central Nacional (BACEN).

d) Integram o SFN as cooperativas habitacionais, agrícolas e de crédito.

e) O SFN será regulado por lei complementar de iniciativa privativa do presidente da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Sistema Financeiro Nacional – SFN, é um conjunto de órgãos, entidades e instituições (públicas e privadas) que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. (Fonte: Blog do Estratégia Concursos).

A alternativa B está incorreta, conforme Art. 192, da CRFB/88: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.”



A alternativa C está incorreta, já que o CMN não consiste em órgão operador do SFN, sua natureza é de órgão normativo. Nesse sentido, a doutrina: “O Conselho Monetário Nacional é órgão normativo que define política econômica e as regras para sua implementação.” (Bensoussan e Gouveia, 22, p. 428).

O SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema, a exemplo do Conselho Monetário Nacional. Os agentes operadores, por sua vez, são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.

Composição do Conselho Monetário Nacional é a seguinte: Ministro de Estado da Fazenda (presidente do Conselho); Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento; Presidente do Banco Central do Brasil.

A alternativa D está incorreta, já que entre as espécies de cooperativas citadas, apenas as cooperativas de crédito integram o SFN, nos termos do que dispõe o art.192, da Constituição da República: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

A alternativa E está incorreta, conforme teor do supracitado art. 192, da CRFB/88, que determina que o SFN será regulado por leis complementares, mas nada dispõe sobre iniciativa privativa do presidente da República. As matérias de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República encontram previsão no § 1º do art. 61 da Constituição e nesse rol não está incluído o SFN.

QUESTÃO 27. No que se refere à estruturação do SFN, assinale a opção correta.

a) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), órgão colegiado federal de caráter permanente, tem a finalidade de julgar, em última instância administrativa, os recursos interpostos contra sanções aplicadas pelo BACEN, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

b) O Comitê de Política Monetária (COPOM), órgão federal integrante do SFN, tem a finalidade de formular a política nacional sobre moeda, crédito e dívida pública, definindo, inclusive, a meta da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

c) A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia federal integrante do SFN, tem competência para executar a política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo responsável pelo controle e pela fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

d) BACEN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e integrante do SFN, tem o objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, além de zelar pela estabilidade e pela eficiência do SFN, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

e) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e integrante do SFN, tem competência para normatizar e fiscalizar as sociedades por ações de capital aberto e fechado, disciplinando e desenvolvendo o mercado de valores mobiliários no Brasil.

Comentários



A alternativa correta é a **letra C**.

A SUSEP é Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. O Decreto-lei nº 73/66, Art. 36, assim dispõe: “Compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras”.

A alternativa A está incorreta, conforme teor do art. 2º, do DECRETO Nº 9.889/2019. O referido art. prevê que O CRSFN é órgão colegiado, de caráter permanente, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Economia, e tem por finalidade julgar, em última instância administrativa, os recursos interpostos contra sanções aplicadas pelo BACEN, CVM, COAF e SUSEP. Não há previsão sobre competência do CRSFN para julgar recursos contra sanções aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A alternativa B está incorreta, com base no que dispõe o Art. 2º, da lei nº 4.595/64: “Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.” Logo, não cabe ao Comitê de Política Monetária (COPOM) formular a política nacional sobre moeda e crédito, já que se trata de competência do Conselho Monetário Nacional. Por outro lado, é atribuição do Comitê de Política Monetária (COPOM) definir a Taxa Selic Meta.

A alternativa D está incorreta, pois o BACEN não é vinculado à Ministério, conforme LC Nº 179/2021, Art. 6º: “O Banco Central do Brasil é autarquia de natureza especial caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, pela investidura a termo de seus dirigentes e pela estabilidade durante seus mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei Complementar ou de leis específicas destinadas à sua implementação.”

A alternativa E está incorreta, já que não se inclui na competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) normatizar e fiscalizar as sociedades por ações de capital fechado. O Art. 5º e seguintes da LEI Nº 6.385/76 disciplinam a CVM.

QUESTÃO 28. A respeito do processo administrativo sancionador no mercado financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 13.506/2017.

- a) A apresentação de proposta de termo de compromisso por instituição financeira investigada pelo BACEN suspende o andamento do respectivo processo administrativo.**
- b) O termo de compromisso importará confissão quanto à matéria de fato e reconhecimento da ilicitude da conduta analisada, constituindo título executivo extrajudicial.**
- c) Para que o acordo administrativo em processo de supervisão seja celebrado, é necessário, entre outros requisitos, que o BACEN não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação administrativa das pessoas físicas ou jurídicas por ocasião da propositura do acordo.**
- d) O acordo administrativo em processo de supervisão celebrado pelo BACEN vincula a atuação do Ministério Público e dos demais órgãos públicos.**
- e) Na hipótese de descumprimento do acordo administrativo em processo de supervisão, o BACEN deverá adotar as medidas judiciais necessárias para a execução das obrigações assumidas, sendo vedado o prosseguimento do processo administrativo.**



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Nesse sentido orienta o Art. 30, § 2º, (Lei nº 13.506/2017): “O acordo de que trata o caput deste artigo somente poderá ser celebrado se forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: [...] III - o Banco Central do Brasil não dispuser de provas suficientes para assegurar a condenação administrativa das pessoas físicas ou jurídicas por ocasião da propositura do acordo;”.

A alternativa A está incorreta, conforme Art. 11, § 1º (Lei nº 13.506/2017): “A apresentação de proposta de termo de compromisso não suspende o andamento do processo administrativo”

A alternativa B está incorreta, com base Art. 14, Parágrafo único (Lei nº 13.506/2017): “O termo de compromisso não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem em reconhecimento da ilicitude da conduta analisada”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do § 6º do art. 30 (Lei nº 13.506/2017): “O acordo administrativo em processo de supervisão celebrado pelo Banco Central do Brasil, atinente à prática de infração às normas legais ou regulamentares cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar, não afeta a atuação do Ministério Público e dos demais órgãos públicos no âmbito de suas correspondentes competências.”

A alternativa E está incorreta, sob fundamento do Art. 15, § 2º, (Lei nº 13.506/2017): “Na hipótese de descumprimento do compromisso, o Banco Central do Brasil adotará as medidas administrativas e judiciais necessárias para a execução das obrigações assumidas e determinará a instauração ou o prosseguimento do processo administrativo, a fim de dar continuidade à apuração das infrações e de aplicar as sanções cabíveis.”

QUESTÃO 29. Julgue os itens a seguir, considerando o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)

I. A prática de atos que acarretem o domínio de mercado relevante de bens ou serviços constitui infração da ordem econômica, independentemente de culpa do agente, salvo se a conquista de mercado resultar de processo natural fundado na maior eficiência do agente econômico em relação a seus competidores.

II. O inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica constitui procedimento investigatório, de natureza contenciosa, a ser instaurado pela Superintendência-Geral do CADE.

III. No julgamento de pedido de aprovação de ato de concentração econômica, o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica tem competência para determinar qualquer restrição ou providência necessária para a eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

Apenas o item I está correto, sob o fundamento do inciso II e §1º, do Art. 36 da Lei nº 12.529/2011: “Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: [...] II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; A conquista de mercado resultante de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores não caracteriza o ilícito previsto no inciso II do caput deste artigo.”

O item II está incorreto, nos termos do art. 66 da Lei nº 12.529/2011: “O inquérito administrativo, procedimento investigatório de natureza inquisitorial, será instaurado pela Superintendência-Geral para apuração de infrações à ordem econômica.”

O item III está incorreto, com base no §1º do art. 66 da Lei nº 12.529/2011: “No julgamento do pedido de aprovação do ato de concentração econômica, o Tribunal poderá aprová-lo integralmente, rejeitá-lo ou aprová-lo parcialmente, caso em que determinará as restrições que deverão ser observadas como condição para a validade e eficácia do ato. § 1º O Tribunal determinará as restrições cabíveis no sentido de mitigar os eventuais efeitos nocivos do ato de concentração sobre os mercados relevantes afetados.”

QUESTÃO 30. Quanto ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) assinale a opção correta.

a) O GATT, originalmente aprovado no âmbito da OMC, e um tratado internacional que visa promover o livre comércio e o crescimento econômico, sobretudo pela redução de obstáculos às trocas entre os países, em particular das tarifas aduaneiras.

b) De acordo com a cláusula do tratamento nacional, que constitui um dos princípios básicos da OMC, os produtos nacionais podem receber um tratamento diferenciado em relação aos importados, com vistas ao aumento da industrialização e à aceleração das taxas de crescimento da economia dos países em desenvolvimento

c) A OMC é organismo internacional multilateral criado no ano de 1995, após a conclusão das negociações da Rodada Doha, com o objetivo de regulação do comércio internacional.

d) No sistema de solução de controvérsias da OMC, vigora a regra do consenso negativo, isto é, as decisões dos painéis e do Órgão de Apelação serão vinculantes e obrigatórias, salvo se todos os Estados-membros forem contrários a elas.

e) o GATT tem como premissa o princípio da nação mais favorecida, segundo o qual os países desenvolvidos devem conceder um aduaneiro e tarifário mais favorável aos países em desenvolvimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

No sistema de solução de controvérsias da OMC a OSC (Órgão de Solução de Controvérsias) irá decidir pelo estabelecimento do grupo especial (painel) pela regra do consenso negativo, o que significa que este não será estabelecido apenas se todos os membros da OMC se manifestarem formalmente contra essa decisão.

A alternativa A está incorreta, O GATT é anterior à OMC. O GATT foi assinado em 1947. “A OMC, por sua vez, foi criada por meio do tratado – Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, parte da Ata de Marraqueche, assinado em 1994 (Decreto 1355 de 30/12/1994)”.



(PORTELA. Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional público e Privado Juspodivm. 2019. p.497)

A alternativa B está incorreta, pois o “princípio do tratamento nacional proíbe medidas que confiram tratamento diferenciado entre os produtos nacionais e os importados, dificultando sua comercialização”. (PORTELA. Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional público e Privado Juspodivm. 2019. p.499)

A alternativa C está incorreta, com base na mesma fundamentação doutrinária citada na letra “a”. A OMC foi criada por meio da Ata de Marraqueche.

A alternativa E está incorreta, já que a descrição contida na assertiva não corresponde princípio da nação mais favorita. Sobre o referido princípio/ clausula a doutrina dispõe: “O direito do Comércio Internacional funciona de acordo com o princípio da não discriminação, pelo qual todo benefício conferido por um Estado a outro ente estatal no comércio internacional deve ser estendido a terceiros Estados, levando a que todos façam jus aos benefícios da chamada “clausula de nação mais favorita”. (PORTELA. Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional público e Privado Juspodivm. 2019. p.499)

QUESTÃO 31. No que diz respeito à incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade no âmbito do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes com base no entendimento jurisprudencial firmado pelo STF em regime de repercussão geral.

I. O salário-maternidade não pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador, por ser genuína prestação previdenciária, e não contraprestação pelo trabalho, e, por isso, não se enquadra no conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

II. O STF entende que qualquer incidência não prevista no texto constitucional configura fonte de custeio alternativa, devendo estar prevista em lei ordinária limitada a contemplar as hipóteses de relações com vínculo empregatício.

III. A constitucionalidade da inclusão do valor referente ao salário-maternidade na base de cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração, a cargo do empregador, pressupõe a limitação de sua incidência às relações sem vínculo empregatício.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.**
- b) Apenas o item I está certo.**
- c) Apenas o item II está certo.**
- d) Apenas os itens I e III estão certos.**
- e) Apenas os itens II e III estão certos.**

Solução curta.

A resposta correta é a **letra B**.

O item I está correto. Foi este o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 576967 – Tema 72 da Repercussão Geral: “É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade” (STF. Plenário. RE 576967, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 05/08/2020 (Repercussão Geral – Tema 72) (Info 996 – clipping).



O item II está incorreto. A instituição de novas contribuições para o custeio da seguridade social está sujeita à reserva de lei complementar (não podendo, assim, a instituição ocorrer por meio de lei ordinária, como afirma o item).

CF/88. Art. 195, § 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

Art. 154. A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

O item III está incorreto. Primeiro, porque a inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador foi julgada inconstitucional pelo Supremo (tema 72 da Repercussão Geral). Segundo, porque a inconstitucionalidade se refere à incidência de contribuição previdenciária atinente a todos os valores pagos pelo empregador, seja sobre ela incidente sobre a folha de salários, seja sobre os demais rendimentos. Inexiste, portanto, a limitação da incidência às relações sem vínculo empregatício.

QUESTÃO 32. Carla é membro de instituto de vida consagrada e recebe de organização religiosa o valor mensal de R\$ 6.000,00 por seu mister religioso.

Nessa situação hipotética, no que se refere às contribuições previdenciárias no âmbito do RGPS,

a) a remuneração de Carla não será considerada salário de contribuição para fins de contribuição previdenciária como segurada nem para fins de contribuição da organização religiosa, ainda que voltada à sua subsistência e de seus dependentes, sendo ou não fornecida em condições que dependam da natureza ou da quantidade do trabalho executado por ela.

b) a remuneração de Carla será considerada salário de contribuição para fins previdenciários, dada a sua condição de segurada, e para fins de contribuição da organização religiosa, desde que fornecida em condições que não dependam da natureza ou da quantidade do trabalho executado.

c) a remuneração de Carla será considerada para fins de incidência da contribuição previdenciária se os pagamentos estiverem com características e em condições que, comprovadamente, estejam relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado, hipótese em que Carla deve ser considerada segurada contribuinte individual, visto que é prestadora de serviços à organização religiosa.

d) os valores despendidos pela organização religiosa em relação ao trabalho de Carla como membro de instituto de vida consagrada podem configurar remuneração direta ou indireta se pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional, independentemente de estarem vinculados à atividade religiosa.

e) Carla, por ser segurada empregada e obrigatória do RGPS, deve recolher a contribuição previdenciária mensal incidente sobre o valor recebido da organização religiosa, ainda que a remuneração seja fornecida em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. Na verdade, o valor mensal de R\$ 6.000,00 recebido por Carla só não será considerado remuneração se independer da quantidade de trabalho e do número de tarefas.

É o que se extrai do art. 22, § 13, da Lei 8.212/91: “Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado”.

A remuneração de Carla, portanto, não será considerada salário de contribuição para fins de contribuição previdenciária como segurada nem para fins de contribuição da organização religiosa, se voltada à sua subsistência e de seus dependentes, desde que fornecida em condições que dependam da natureza ou da quantidade do trabalho executado por ela.

A alternativa B está incorreta. A Lei 8.212/91, por seu art. 22, § 13, consagra duas hipóteses em que os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não serão considerados remuneração, direta ou indireta: 1 - Valores despendidos em face do seu mister religioso; ou 2 - Valores voltados à subsistência;

Para tanto, é imprescindível que os valores sejam fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

A alternativa C está correta. Carla será considerada segurada obrigatória na qualidade de contribuinte individual, conforme preconiza o art. 12, V, “c”, da Lei 8.212/91 (no mesmo sentido é o art. 11, V, “c”, da Lei 8.213/91): “São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: V - como contribuinte individual: c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa”

Em uma interpretação a *contrario sensu* do art. 22, § 13, da Lei 8.212/91, se os valores recebidos por Carla estiverem relacionados à natureza e à quantidade do trabalho executado, neste caso, serão considerados “remuneração” e, portanto, atrairão a incidência de contribuição previdenciária.

A alternativa D está incorreta. A Lei 8.212/91 foi clara ao excluir do conceito de remuneração direta ou indireta os valores pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional. Para tanto, exigiu que os valores estejam vinculados à atividade religiosa. Assim dispõe o Art. 12, § 14: “Para efeito de interpretação do § 13 deste artigo: [...] II - os valores despendidos, ainda que pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional, vinculados exclusivamente à atividade religiosa não configuram remuneração direta ou indireta.

Errada, nestes termos, a assertiva, pois menciona que tais valores não configurarão remuneração “independentemente de estarem vinculados à atividade religiosa” (a lei exige a vinculação exclusiva – se desvinculados, caracterizarão remuneração).

A alternativa E está incorreta. O erro está evidente logo no início da assertiva: Carla não é segurada empregada, mas, sim, contribuinte individual (art. 12, V, “c”, da Lei 8.212/91 e art. 11, V, “c”, da Lei 8.213/91).

Além disso, como explicado nas alternativas anteriores, se os valores forem fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado, não caracterizará



remuneração, direta ou indireta, a teor do art. 22, § 13, da Lei 8.212/91. Vide comentários à alternativa C.

QUESTÃO 33. Em 2010, Teresa aposentou-se pelo RGPS, por tempo de contribuição, na qualidade de segurada empregada, tendo, ainda assim, continuado a exercer atividade laborativa como contribuinte individual até 2022, quando requereu a desaposentação e a concessão de nova aposentadoria. com o intuito de considerar como tempo de contribuição os valores das contribuições previdenciárias vertidos ao regime pelo exercício da atividade laborativa póstuma à jubilação.

Diante da negativa da autarquia previdenciária, Teresa ajuizou ação para pleitear a desaposentação e, subsidiariamente, a devolução dos referidos valores, por considerar indevida a cobrança de contribuição sobre a remuneração obtida nas atividades laborais desempenhadas pelos segurados aposentados que voltam a trabalhar.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) O STF consolidou o entendimento de que é inconstitucional a cobrança de contribuição previdenciária sobre a remuneração do aposentado que retorne à atividade, uma vez que a lei atual não autoriza a desaposentação, bem como considerou que as contribuições sociais devem guardar necessária correlação entre o dever de contribuir e a possibilidade de auferir proveito das contribuições vertidas à previdência social, portanto o pleito de Teresa deve ser atendido em parte.

b) Teresa não tem direito à desaposentação, por ausência de previsão legal no RGPS, todavia seu pedido subsidiário de restituição das contribuições vertidas após a aposentadoria deve ser atendido, uma vez que a solidariedade social se aplica tão somente ao campo dos recolhimentos de contribuições destinadas à assistência social e à saúde pública, mas não ao regime previdenciário.

c) O STF reconheceu, em repercussão geral, ser constitucional a contribuição previdenciária devida por segurado que aposente pelo RGPS e que permaneça em atividade ou a essa retorne, de modo que Teresa não faz jus à devolução das contribuições previdenciárias vertidas após sua aposentadoria.

d) O argumento de Teresa não merece prosperar, já que os aposentados que retornam ou se mantêm em atividade laborativa após a aposentadoria não fazem jus a benefícios previdenciários, exceto ao salário-família, à reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e ao benefício por incapacidade temporária acidentário.

e) O STF firmou o entendimento de que somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias no âmbito do RGPS, não havendo previsão legal do direito à desaposentação, de modo que o pleito de Teresa não deve ser atendido, já que a lei determina que o aposentado que permanecer em atividade sujeita ao RGPS ou a ela retornar, não fará jus a nenhuma prestação previdenciária.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o STF reputou “constitucional a contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne” (STF. Plenário virtual. ARE 1224327/ES, Min. Presidente Dias Toffoli, julgado em 27/09/2019 - Repercussão Geral – Tema 1065).



Vale registrar, ademais, que, apesar de a lei atual não autorizar a desaposentação (estando correto o item neste ponto), a parte final da assertiva também está equivocada. Inexiste correlação necessária entre o dever de contribuir e a possibilidade de auferir proveito das contribuições vertidas à previdência social. Veja, por exemplo, que os empregadores têm dever de verter contribuições para a previdência social, mas dela não usufruirão dos benefícios, instituídos em favor dos empregados.

A alternativa B está incorreta. De fato, Teresa não tem direito à desaposentação, por ausência de previsão legal no RGPS. É este o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto ao tema: “No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação' ou à 'reaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/1991” (STF. Plenário. RE 381367 ED/RS e RE 827833 ED/SC, rel. orig. Min. Dias Toffoli, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 6/2/2020 - Repercussão geral - Info 965).

A parte final da alternativa, entretanto, está errada. Isto porque o seu pedido subsidiário de restituição das contribuições vertidas após a aposentadoria não deve ser atendido.

A uma, porque “é constitucional a contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne” (STF. Plenário virtual. ARE 1224327/ES, Min. Presidente Dias Toffoli, julgado em 27/09/2019 - Repercussão Geral – Tema 1065).

A duas, porque inexistem recolhimentos de contribuições destinadas à assistência social e à saúde pública. Dentre os subsistemas da seguridade social, apenas a previdência social é de caráter contributivo.

A alternativa C está correta. Trata-se do entendimento fixado pelo STF no tema 1065 da Repercussão Geral: “É constitucional a contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne” (STF. Plenário virtual. ARE 1224327/ES, Min. Presidente Dias Toffoli, julgado em 27/09/2019 - Repercussão Geral – Tema 1065).

A alternativa D está incorreta. O segurado aposentado que permanecer em atividade NÃO terá direito ao auxílio-acidente e ao benefício por incapacidade temporária acidentário. A teor do art. 18, § 2º, da Lei 8.213/91, somente será assegurado o direito ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado: “O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.”

A alternativa E está incorreta. É certo que, “no âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação' ou à 'reaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/1991” (STF. Plenário. RE 381367 ED/RS e RE 827833 ED/SC, rel. orig. Min. Dias Toffoli, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 6/2/2020 - Repercussão geral - Info 965).

No entanto, o artigo 18, § 2º, da Lei 8.213/91 é claro ao assegurar ao “aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar” o direito salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado. Errada, portanto, a alternativa.



QUESTÃO 34. À luz das normas estabelecidas pela EC n.º 103/2019 no que se refere ao regime próprio de previdência social, julgue os itens seguintes.

I. O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

II. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.

III. Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.

IV. O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.

V. Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens III e V estão certos.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Apenas os itens III, IV e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**.

O Item I está correto. A EC 103/2019 reduziu o rol de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), limitando-o às aposentadorias e pensões por morte. É o que consta do art. 9º, § 2º, da referida emenda, cuja literalidade foi cobrada pelo questão: “O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.”

O Item II está correto. É este o teor do § 3º do art. 9º da EC 103/2019: “Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.”

O Item III está correto, pois repete, *ipsis litteris*, o teor do Art. 9º, § 4º, da EC 103/2019: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.”

O Item IV está correto. Trata-se de uma interpretação conjugada do art. 9º, § 9º, da EC 103/2019 com o art. 195, § 11, da CF (com redação dada pela EC 103/2019): “O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo a que se refere o § 11 do art. 195 da Constituição. (...) “São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a



remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput."

O Item V está correto. Conforme preconiza o Art. 40, § 13, da CF/88 (com redação dada pela EC 103/2019), agentes públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, serão considerados segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de empregados. Diz o dispositivo: "Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social."

Como todos os itens estão certos, a alternativa E é a resposta da questão.

QUESTÃO 35 A respeito das regras processuais civis relacionadas à atuação das partes e do juiz e ao direito probatório, julgue os seguintes itens.

I Em observância ao princípio da flexibilização procedimental, o juiz está autorizado a alterar a ordem de produção do meios de prova, de acordo com as necessidades e peculiaridades do litígio submetido ao seu julgamento.

II A utilização da ata notarial como meio de prova com fé pública somente será admitida para demonstração de declaração de vontade das partes no processo.

III A natureza cautelar inerente ao requerimento de produção antecipada da prova torna imprescindível a demonstração de perigo na demora da prestação jurisdicional para o regular deferimento dessa medida.

IV Em caso de questão técnica de menor complexidade, o Código de Processo Civil (CPC) permite que o juiz determine a produção de prova técnica simplificada, consistente na inquirição de um especialista sobre ponto controvertido da causa, em substituição à prova pericial tradicional.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está correta, pois está de acordo com o texto do art. 139, VI, do CPC: " O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito".

A assertivas II está incorreta, pois, na forma do art. 384, *caput*, do CPC, a ata notarial não serve para demonstração de declaração de vontade, mas para atestar fatos. Veja-se o texto legal: "A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião".



A assertiva III está incorreta, porque apenas a hipótese do inciso I do art. 381, do CPC, exige a demonstração de perigo da demora, enquanto que as demais não. Veja-se o texto legal em questão: " A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação. Nesse sentido, também, a jurisprudência do STJ: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, COM FUNDAMENTO NOS INCISOS II E III DO ART. 381 DO CPC/2015 (DESVINCULADA, PORTANTO, DO REQUISITO DE URGÊNCIA/CAUTELARIDADE) PROMOVIDA PERANTE A JURISDIÇÃO ESTATAL ANTES DA INSTAURAÇÃO DE ARBITRAGEM. IMPOSSIBILIDADE. NÃO INSTAURAÇÃO DA COMPETÊNCIA PROVISÓRIA DA JURISDIÇÃO ESTATAL, EM COOPERAÇÃO (ANTE A AUSÊNCIA DO REQUISITO DE URGÊNCIA). RECONHECIMENTO. INTERPRETAÇÃO, SEGUNDO O NOVO TRATAMENTO DADO ÀS AÇÕES PROBATÓRIAS AUTÔNOMAS (DIREITO AUTÔNOMO À PROVA) PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.[...] 3.2 Esta ação probatória autônoma não exige, necessariamente, que a produção da prova se apresente em situação de risco, podendo ser utilizada, inclusive, para evitar o ajuizamento de uma futura ação, seja pela constatação, a partir da prova produzida, da ausência de direito passível de tutela, seja para viabilizar a composição entre as partes. A ação de produção antecipada de prova, especificamente nas hipóteses estabelecidas nos incisos II e III do art. 381 do CPC/2015, apresenta-se, desse modo, absolutamente desvinculada da natureza cautelar ou de caráter de urgência (concebida como o risco de perecimento do direito à prova). [...] (REsp n. 2.023.615/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 14/3/2023, DJe de 20/3/2023.)

A assertiva IV está correta, pois está de acordo com o texto do art. 464, §§2º e 3º, do CPC: "§2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade. §3º A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico."

Logo, são corretas as assertivas I e IV.

QUESTÃO 36 De acordo com o regime jurídico de atuação expressamente estabelecido pelo CPC, o *amicus curiae* possui legitimidade para interpor

- a) agravo de instrumento contra decisões interlocutórias de mérito, quando admitido o ingresso dessa figura em primeira instância.**
- b) qualquer medida recursal admitida no processamento e julgamento de recursos repetitivos.**
- c) recurso exclusivamente na hipótese de decisão que tenha indeferido o ingresso dessa figura no feito.**
- d) embargos de declaração ou recurso contra decisão que julgar incidente de resolução de demandas repetitivas.**
- e) agravo interno contra qualquer decisão monocrática, quando estiver atuando nos tribunais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto do art. 138, §§1º e 3º, do CPC: "§1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º. [...] §3º O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas."

Logo, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 37 Em que pese a possibilidade de participação da União como interessada em processos judiciais de falência, recuperação judicial e insolvência civil contra particulares, de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante no STF, a justiça comum estadual será a competente para o julgamento nos casos de

- a) falência, apenas.
- b) recuperação judicial e insolvência civil, apenas.
- c) insolvência civil, apenas.
- d) falência, recuperação judicial e insolvência civil.
- e) falência e recuperação judicial, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto do art. 45, I, do CPC: "Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações: I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho."

Além do mais, não fica dissociada do texto do art. 109, I, da CF: "Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; [...]"

E interpretando o alcance do art. 109, I, da CF, o STF pacificou o tema no RE 678.162 (Tema 859 de Repercussão Geral): "É da Justiça estadual a competência para processar e julgar ações de insolvência civil em que haja interesse da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal".

Logo, as demais estão incorretas.

QUESTÃO 38 Na perspectiva do sistema de justiça multiportas, ao realizar determinado negócio jurídico, as partes podem combinar diferentes meios adequados de solução de litígios e, para isso, devem utilizar cláusula denominada

- a) *dispute board*.
- b) patológica.
- c) escalonada.
- d) cheia.



e) compromissória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o *dispute board* ou Comitê de Resolução de Disputas é um comitê de especialistas imparciais que acompanhará um projeto de longa duração, tendo como objetivo incentivar a prevenção e auxiliar na resolução de disputas durante toda sua execução o desenvolvimento do projeto em questão, com previsão em contrato celebrado entre particulares e o Poder Público, conforme art. 151, da Lei 14.133/2021: " Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem". Logo, não se refere à espécie descrita no enunciado.

A alternativa B está incorreta, pois cláusula compromissória patológica é aquela cuja redação é defeituosa, por seu texto ser incompleto, esdrúxulo ou contraditório, não se permitindo, portanto, que seja instituído o juízo arbitral. Logo, não se refere à espécie descrita no enunciado.

A alternativa C está correta, pois importa no conceito doutrinário da combinação de diversos meios de solução de conflitos, como mediação, negociação, *dispute board* etc, podendo ser instituídos como etapas anteriores à instalação do juízo arbitral. Nesse sentido, o art. 23, *caput*, da Lei 13.140/2015: "Se, em previsão contratual de cláusula de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição."

A alternativa D está incorreta, pois a cláusula compromissória cheia é aquela em que já estão dispostas as regras sobre a forma de instituir e processar a arbitragem, seja pela inclusão de tais regras na própria cláusula, seja se reportando às regras de uma instituição arbitral, conforme o previsto no art. 5º, da Lei 9.307/1993: "Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecer na própria cláusula, ou em outro documento, a forma convencionada para a instituição da arbitragem". Logo, não se refere à espécie descrita no enunciado.

A alternativa E está incorreta, pois cláusula compromissória é a previsão contratual de que disputas envolvendo o negócio celebrado entre as partes serão submetidas ao juízo arbitral, conforme art. 4º, *caput*, da Lei 9.307/1993: "A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato". Logo, não se refere à espécie descrita no enunciado.

QUESTÃO 39 A respeito da tutela provisória, assinale a opção correta.

- a) É vedado, em qualquer das hipóteses previstas pelo legislador, o deferimento de tutela de evidência antes da manifestação do réu.**
- b) A estabilização de tutela antecipada antecedente que imponha obrigação de pagar quantia certa para fazenda pública é incompatível com o regime de execução por precatório.**
- c) A responsabilidade do autor por prejuízo causado ao réu pela concessão de tutela de urgência que tenha sido posteriormente revogada na sentença possui natureza subjetiva.**
- d) Caracterizado o abuso do direito de defesa do réu, o magistrado deverá imediatamente deferir a tutela da evidência, por meio de julgamento antecipado parcial do mérito.**



e) A concessão de tutela provisória na própria sentença de mérito caracteriza violação do dever de boa-fé do magistrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque é possível a tutela de evidência liminarmente nas hipóteses em que a pretensão do autor tem base fática demonstrada por prova documental e jurídica lastreada em tese fixada em súmula vinculante ou recursos repetitivos, ou, em ações de depósito, o autor fizer prova documental de seu direito, tudo conforme art. 9º, parágrafo único II c/c art. 311, II e III, e parágrafo único, ambos do CPC. Veja-se o texto dos dispositivos legais em questão: "art. 9º. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: [...] II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III.". "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: [...] II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; [...] Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente."

A alternativa B está correta, pois só é possível a expedição de precatório ou RPV após o trânsito em julgado, o que não ocorre na tutela antecipada estabilizada. Nesse sentido, o Enunciado 532 do FPPC: "A expedição do precatório ou da RPV depende do trânsito em julgado da decisão que rejeita as arguições da Fazenda Pública executada.". Esse é o expresso texto do art. 304, §6º, do CPC: "A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo." Ainda, cita-se o texto do art. 2º-B, da Lei 9.494/1997: "A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado."

A alternativa C está incorreta, pois a responsabilidade do autor que teve sua tutela provisória revogada, em indenizar os prejuízos do réu, é objetiva, com base na teoria do risco, conforme art. 302, *caput*, do CPC: "Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa [...]". No mesmo sentido, a jurisprudência do STJ: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE COM O PAGAMENTO DE VALORES A MENOR. DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESPONSABILIDADE PELO PREJUÍZO QUE A EFETIVAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA CAUSOU À PARTE CONTRÁRIA. RESPONSABILIDADE PROCESSUAL OBJETIVA. MORA EX RE. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. VENCIMENTO DE CADA PRESTAÇÃO.[...] 4. Entretanto, por força da responsabilidade processual objetiva e da natureza da mora ex re, nos casos em que o próprio devedor dá causa à inadimplência relativa, ao obter a efetivação da tutela provisória, deve se sujeitar ao pagamento de juros e multa moratória, em razão da posterior cassação da liminar, com retorno ao statu quo ante. [...] (REsp n. 1.992.191/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 10/5/2022, DJe de 3/6/2022.)".

A alternativa D está incorreta, pois o julgamento antecipado e parcial do mérito só ocorre nas hipóteses em que houver possibilidade de decisão com base em cognição exauriente, conforme o



previsto no art. 356, I e II do CPC: "O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355." Logo, a única hipótese de tutela de evidência que se amolda à espécie é a prevista no art. 311, IV, ou seja, quando o autor já tiver provado o fato constitutivo de seu direito por documentos e não houver necessidade de dilação probatória por ausência de defesa séria capaz de justificar a produção de prova oral ou pericial a partir da leitura da defesa do réu. Veja-se o texto legal citado: "[...] a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Nos casos de abuso do direito de defesa do réu, por outro lado, há a necessidade de verificação da ocorrência do requisito da verossimilhança (plausibilidade das alegações), o que não importa em automática concessão da tutela de evidência, já que está dispensado, apenas, o requisito da urgência. Aqui se trata de providência de inversão do ônus da mora do processo, suportado, em regra, pelo autor, sendo hipótese de tutela provisória, já que pautada em cognição sumária e superficial.

A alternativa E está incorreta, pois há expressa previsão legal para a concessão da tutela provisória na sentença, conforme art. 1.012, §1º, V, do CPC: " Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: [...] V - confirma, concede ou revoga tutela provisória."

QUESTÃO 40 De acordo com o entendimento do STJ, o pedido de gratuidade de justiça apresentado pela parte no momento da interposição do recurso

- a) será manifestamente inadmissível em razão da ocorrência de preclusão temporal.**
- b) poderá ser feito na própria petição recursal, quando não houver prejuízo ao trâmite regular do processo, e possuirá efeito retroativo em relação a encargos anteriores.**
- c) poderá ser feito na própria petição recursal, quando não houver prejuízo ao trâmite regular do processo, e não possuirá efeito retroativo em relação a encargos anteriores.**
- d) deverá ser feito obrigatoriamente por petição autônoma e possuirá efeito retroativo em relação a encargos anteriores.**
- e) deverá ser feito obrigatoriamente por petição autônoma e não possuirá efeito retroativo em relação a encargos anteriores.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o pedido de gratuidade pode ser feito a qualquer tempo no processo, inclusive, especificamente por ocasião da apresentação do recurso, conforme art. 99, *caput*, §§1º e 7º: "O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. §1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso. [...] §7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento."

A alternativa B está incorreta, pois, em que pese poder ser feito na própria petição recursal, seus efeitos não são retroativos aos atos anteriores ao pedido. Nesse sentido, o AgRg no EREsp



1.222.355, citado no Informativo 574 do STJ: "AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA COMO MÉRITO DO RECURSO. AUSÊNCIA DE PREPARO. DESERÇÃO. AFASTAMENTO. PEDIDO FORMULADO NA PRÓPRIA PETIÇÃO RECURSAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO PROVIDO. [...] 2. É viável a formulação, no curso do processo, de pedido de assistência judiciária gratuita na própria petição recursal, dispensando-se a exigência de petição avulsa, quando não houver prejuízo ao trâmite normal do feito. 3. Agravo interno provido. (AgRg nos EREsp n. 1.222.355/MG, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 4/11/2015, DJe de 25/11/2015.). E sobre a irretroatividade da concessão a atos anteriores ao pedido: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. CONCESSÃO. EFEITOS RETROATIVOS. AUSÊNCIA. 1. A declaração de pobreza que tenha por finalidade o benefício da assistência judiciária gratuita pode ser requerida a qualquer tempo, sem, no entanto, operar efeito retroativo. 2. Nos termos do artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, não havendo indícios de ausência dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, presume-se verdadeira a alegação de hipossuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. 3. Embargos de declaração acolhidos para deferir a gratuidade de justiça requerida, sem efeitos retroativos. (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.860.078/MS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 15/5/2023, DJe de 19/5/2023.)

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o entendimento jurisprudencial acima citado.

A alternativa D está incorreta, pois cabe o pedido de gratuidade na própria petição recursal e seus efeitos não atingem atos anteriores ao pedido.

A alternativa E está incorreta, pois, em que pese os efeitos do pedido de gratuidade não retroagirem a atos anteriores à sua formulação, cabe o pedido de gratuidade na própria petição recursal.

QUESTÃO 41 Consoante a jurisprudência dominante do STJ no que tange ao regramento referente à atuação da fazenda pública em juízo, assinale a opção correta.

a) O porte de remessa e retorno, por estar excluído do conceito jurídico de preparo, deverá ser adiantado pela entidade autárquica que apresentar recurso.

b) A execução de obrigação de fazer contra a fazenda pública, quando possuir natureza provisória, atrairá o regime jurídico dos precatórios e da requisição de pequeno valor.

c) O ente público interessado tem a prerrogativa de fazer sustentação oral em agravo interno interposto contra decisão que indefere suspensão de segurança.

d) A fazenda pública será isenta do pagamento de honorários de sucumbência caso deixe de apresentar impugnação em procedimento individual de cumprimento de sentença de ação coletiva em que figure como ré.

e) A remessa necessária devolve ao tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação impostas à fazenda pública, inclusive a verba honorária, não sendo limitada pelo princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.



A alternativa A está incorreta, pois a fazenda pública está isenta do recolhimento do porte de remessa e retorno, conforme expressa redação do art. 1.007, *caput*, e §1º, do CPC: "No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. §1º São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal."

A alternativa B está incorreta, pois o regime de precatórios e requisições de pequeno valor só é aplicável às obrigações de pagar quantia certa contra a fazenda pública, conforme art. 535, §3º, I e II, do CPC: "Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada: I - expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal; II - por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.". Já na execução de obrigações de fazer, é adotada a técnica das medidas de apoio, coercitivas, conforme art. 536, *caput*, do CPC: "No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente."

A alternativa C está incorreta, pois, conforme o decidido pelo STJ na QO no AgInt na SLS 2507, citada em seu Informativo 743, não cabe sustentação oral no pedido de suspensão de segurança. Veja-se a tese: " Não é cabível a sustentação oral no agravo interno interposto contra decisão do Presidente do Tribunal que defere ou indefere a contracautela em suspensão de liminar de sentença ou suspensão de segurança."

A alternativa D está incorreta, pois, na forma da súmula 345 do STJ, é cabível a fixação de honorários sucumbenciais neste caso, pois há formação de nova relação processual com o Estado, esta agora com a vítima do dano, o que afasta a aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997. Veja-se o texto do verbete sumular: " São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas."

A alternativa E está correta, pois reproduz o entendimento da Súmula 325 do STJ: " A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda, inclusive dos honorários de advogado".

QUESTÃO 42 Assinale a opção correta à luz da doutrina processual referente à designação de audiência para saneamento compartilhado do processo.

a) A designação de audiência para saneamento compartilhado, embora prevista no CPC para causas com complexidade fática ou jurídica, pode ser utilizada em outras hipóteses, haja vista o princípio da cooperação processual.

b) A designação de audiência para saneamento compartilhado, por não possuir respaldo normativo, restringe-se aos casos em que as partes apresentem convenção com opção por esta forma de organização processual.

c) A designação de audiência de saneamento compartilhado é incompatível com o procedimento das ações coletivas, em razão da indisponibilidade inerente aos litígios que envolvem interesses da coletividade.



d) A designação de audiência para saneamento compartilhado não possui cabimento diante de complexidade meramente jurídica, situação em que o CPC recomenda o despacho saneador para prosseguimento do feito.

e) A designação de audiência para saneamento compartilhado deve ser obrigatoriamente realizada em todo processo que possua matéria fática controvertida, conforme definido pelo legislador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois está adequada à posição pacífica da doutrina, conforme Enunciado 298, FPPC: (art. 357, §3º) "A audiência de saneamento e organização do processo em cooperação com as partes poderá ocorrer independentemente de a causa ser complexa."

A alternativa B está incorreta, pois há expressa previsão da referida audiência no art. 357, §3º, do CPC: "Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações".

A alternativa C está incorreta, pois além de ser compatível, é, inclusive, recomendável em ações coletivas, em face, justamente de sua complexidade fática e jurídica. Veja-se que o requisito do art. 357, §3º, do CPC é complexidade da causa, não disponibilidade do direito em disputa.

A alternativa D está incorreta, pois, na forma do art. 357, §3º, do CPC, aplica-se a referida audiência para situações de complexidade jurídica também.

A alternativa E está incorreta, pois, na forma do art. 357, §3º, do CPC, aplica-se a referida audiência para situações de fato complexo, não fato controvertido. Nesse caso, sendo simples a definição dos pontos controvertidos da lide e da pertinência das provas a serem produzidas, cabe o saneamento do feito em gabinete.

QUESTÃO 43 A eficácia temporal da coisa julgada formada em relações jurídicas tributárias de trato continuado

a) cessa mediante o ajuizamento de ação revisional, caso se verifique alteração nas circunstâncias fático-jurídicas analisadas pela decisão transitada em julgado.

b) não pode ser diretamente atingida por alterações nas circunstâncias fático-jurídicas, ressalvado apenas o ajuizamento de ação rescisória no prazo legal.

c) somente pode ser cessada caso haja prolação de entendimento posterior em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

d) perde automaticamente sua autoridade, caso identificada tese contrária subsequente do plenário do STF em controle difuso, desde que o precedente do STF seja anterior ao regime de repercussão geral.

e) cessa caso haja alteração das circunstâncias fático-jurídicas analisadas pela decisão transitada em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.



A alternativa A está incorreta, pois, conforme RE 596.663 (Tema 494) de repercussão geral, para aplicação de nova tese à relação tributária de trato continuado, considerando a eficácia *rebus sic stantibus* da coisa julgada (manutenção desta enquanto não forem alterados os pressupostos fático-jurídicos da relação jurídica), não é necessário o ajuizamento de ação revisional, a não ser em casos de expressa exigência legal. Veja-se a ementa do acórdão em questão: "CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA AFIRMANDO DIREITO À DIFERENÇA DE PERCENTUAL REMUNERATÓRIO, INCLUSIVE PARA O FUTURO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO. EFICÁCIA TEMPORAL. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. SUPERVENIENTE INCORPORAÇÃO DEFINITIVA NOS VENCIMENTOS POR FORÇA DE DISSÍDIO COLETIVO. EXAURIMENTO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA. 1. A força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua *rebus sic stantibus*: sua eficácia permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de qualquer desses pressupostos (a) determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional, razão pela qual (b) a matéria pode ser alegada como matéria de defesa em impugnação ou em embargos do executado. 2. Afirma-se, nessa linha de entendimento, que a sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos. 3. Recurso extraordinário improvido. (RE 596663, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 24/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-232 DIVULG 25-11-2014 PUBLIC 26-11-2014 RTJ VOL-00235-01 PP-00174).

A alternativa B está incorreta, pois os efeitos da alteração de entendimento do STF sobre a matéria são automáticos nas relações de trato continuado, somente não atingindo as anteriores à decisão, não havendo necessidade de ajuizamento de ação rescisória para sua alteração, conforme precedente citado anteriormente (Tema 494).

A alternativa C está incorreta, pois cabe a alteração de entendimento também em sede de repercussão geral, conforme o definido pelo STF no RE 955.227 (Tema 885 de Repercussão Geral (citado no Informativo 1.082 do STF), com as seguintes teses: "1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme tese fixada no Tema 885 do STF, não se aplica o efeito automático a precedentes formados no regime anterior à repercussão geral, vez que, à época, as referidas decisões de controle difuso de constitucionalidade não tinham caráter automaticamente vinculante e *erga omnes*.

A alternativa E está correta, pois está de acordo com o texto do art. 505, I, do CPC: "Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo: I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.". Também nesse sentido: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. APOSENTADORIA. EXAME. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DIREITO À DIFERENÇA DE PERCENTUAL REMUNERATÓRIO DE 28,86%, INCLUSIVE PARA O FUTURO, RECONHECIDO



POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. PERDA DA EFICÁCIA VINCULANTE DA DECISÃO JUDICIAL, EM RAZÃO DA SUPERVENIENTE ALTERAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS FÁTICOS E JURÍDICOS QUE LHE DERAM SUPORTE. SUBMISSÃO À CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À GARANTIA DA COISA JULGADA. [...] 2. A força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua rebus sic stantibus: sua eficácia permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de qualquer desses pressupostos determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional. [...]. (MS 32435 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Relator(a) p/ Acórdão: TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 04/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-206 DIVULG 14-10-2015 PUBLIC 15-10-2015)

QUESTÃO 44 Conforme as normas do CPC que tratam da comunicação dos atos processuais, será permitida a citação por meio eletrônico

I quando citando for empresa pública.

II nas ações de estado.

III no procedimento monitorio.

IV no processo de execução.

V em ações de competência originária dos tribunais

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) III e IV.

c) I, II e V.

d) I, III, IV e V.

e) II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Na forma do art. 246, *caput*, do CPC, a regra é que a citação seja feita por meio eletrônico: "A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.". Assim, é necessária previsão legal expressa para excepcionar esse comando. E as exceções estão expressamente previstas no art. 247, do CPC: " Art. 247. A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto: I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º; II - quando o citando for incapaz; III - quando o citando for pessoa de direito público; IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.".

Assim, excepciona-se apenas o item II, visto que se trata de ação de estado.

Por outro lado, em se tratando de empresa pública, esta possui regime de pessoa jurídica de direito privado, não se enquadrando, portanto, na exceção do art. 247, III, do CPC, conforme art. 3º, *caput*,



da Lei 13.303/2016: "Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios". Se não bastasse isso, conforme o que preceitua o art. 246, §1º, do CPC, cabe expressamente a citação de empresa pública por meio eletrônico: " §1º As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio."

Já as ações monitória e de competência originária dos tribunais são meros procedimentos especiais que não possuem dispositivos que excepcionem a regra geral.

Logo, são corretas as assertivas I, III, IV e V.

QUESTÃO 45 O vice-presidente de determinado tribunal regional federal (TRF), ao realizar o juízo de admissibilidade de recurso extraordinário interposto pela PGFN em face de acórdão formalizado por órgão colegiado daquele tribunal, negou seguimento ao recurso, com fundamento em entendimento firmado pelo STF em regime de repercussão geral.

Nessa situação hipotética, da referida decisão caberá

- a) reclamação.
- b) agravo em recurso extraordinário.
- c) agravo de instrumento.
- d) novo recurso extraordinário.
- e) agravo interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois o recurso cabível nos casos de não recebimento do recurso, no tribunal de origem, pelo fato de o acórdão recorrido estar alinhado com precedente vinculante do STF firmado em sede de repercussão geral, é o agravo interno ao órgão especial do Tribunal, na forma do art. 1.030, I, "b" e §2º, do CPC: "Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento: [...] b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos; [...] § 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021."

Destaca-se, ainda, que não é o caso de reclamação, por ausência do esgotamento das instâncias ordinárias, justamente, pela previsão do agravo interno, conforme art. 988, §5º, II, do CPC: " § 5º É inadmissível a reclamação: II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias."

A alternativa B está incorreta, pois o agravo em recurso extraordinário não é admissível para esta hipótese, conforme o art. 1.030, I, "b" e §2º, do CPC, não sendo possível, sequer, a aplicação de fungibilidade entre um e outro por se tratar de erro grosseiro por interposição equivocada em face de expresso texto legal. Veja-se, neste sentido, o texto do art. 1.030, §1º, do CPC: "Da decisão de



inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042." Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO. AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO DIRETAMENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O entendimento consignado na decisão agravada reproduz a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal no sentido de consubstancia erro grosseiro a interposição de agravo em recurso extraordinário diretamente no Supremo Tribunal Federal, vício de natureza insanável, que não comporta a adoção do princípio da fungibilidade recursal. Precedentes. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo interno conhecido e não provido. (Pet 10410 AgR, Relator(a): ROSA WEBER (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 05/12/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-253 DIVULG 12-12-2022 PUBLIC 13-12-2022).

A alternativa C está incorreta, pois o agravo de instrumento somente é cabível de decisões interlocutórias de primeira instância na forma e rol do art. 1.015, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois só é cabível novo recurso extraordinário na hipótese de anulação do primeiro acórdão do tribunal de origem e prolatação de nova decisão colegiada que, novamente, ofenda a Constituição.

A alternativa E está correta, pois está de acordo com o texto do art. 1.030, I, "b" e §2º, do CPC.

QUESTÃO 46 Acerca da modulação de efeitos no âmbito dos tribunais superiores, assinale a opção correta à luz da CF, da legislação processual civil e do entendimento jurisprudencial do STJ e do STF.

a) No ordenamento jurídico brasileiro, a positivação da modulação de efeitos só veio a ocorrer com a promulgação do CPC de 2015.

b) Por meio da técnica da sinalização (*signaling*), o tribunal superior indica aos interessados a possibilidade de mudança de entendimento jurisprudencial, revogando apenas em parte o precedente, podendo conferir eficácia prospectiva a essa alteração.

c) O CPC em vigor autoriza, expressamente, que o STJ module os efeitos de suas decisões.

d) Há relação de causalidade entre a mudança de entendimento jurisprudencial e a adoção da técnica de superação prospectiva de precedente.

e) Tanto nas ações de controle concentrado, quanto na sistemática da repercussão geral, seja na declaração de constitucionalidade, seja na de inconstitucionalidade, a modulação de efeitos está condicionada ao quorum de maioria qualificada dos ministros do STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme art. 27 da Lei 9.868/1999, já havia a previsão da modulação de efeitos na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade: "Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado". Ademais, idêntica previsão para a ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental, conforme o art. 11, da Lei 9.882/1999: "Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em



vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.". Assim, o CPC/2015 apenas ampliou suas hipóteses de cabimento para outros casos de aplicação de precedentes vinculantes, tais como repercussão geral e julgamento de recursos repetitivos, conforme seu art. 927, §3º: "Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica".

A alternativa B está incorreta, pois na sinalização, o tribunal respeita o precedente julgando um determinado caso, porém sinaliza que o precedente pode ser revogado a qualquer momento. Nesse sentido, o Enunciado 320 do FPCC: "Os tribunais poderão sinalizar aos jurisdicionados sobre a possibilidade de mudança de entendimento da corte, com a eventual superação ou a criação de exceções ao precedente para casos futuros". Logo, nesta decisão não há revogação parcial do precedente com efeitos prospectivos, o que só ocorrerá em decisão posterior.

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o expresso texto do art. 927, §3º, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois no RE 593.849, deixou o expresso o relator, ministro Edson Fachin, que a modulação de efeitos "se trata de faculdade processual conferida ao STF, em caso de alteração da jurisprudência dominante, condicionada à presença de interesse social e em prol da segurança jurídica. Não há, então, relação de causalidade entre a mudança de entendimento jurisprudencial e a adoção da técnica de superação prospectiva de precedente (prospective overruling). Além do mais, sem a modulação de efeitos, na forma do art. 927, §3º, do CPC, a regra é que, declarando-se a inconstitucionalidade de ato normativo, seus efeitos sejam retroativos, cabendo, inclusive, ação rescisória para desconstituição de processos já transitados em julgado com base no ato normativo declarado inconstitucional, conforme art. 525, §§12 e 15 do CPC: "§12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] §15. Se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.".

A alternativa E está incorreta, pois exige-se quórum de maioria absoluta dos membros do STF para modular os efeitos de decisão proferida em julgamento de recurso extraordinário repetitivo, com repercussão geral, no caso em que não tenha havido declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo. Nesse sentido, o RE 638115 ED-ED/CE, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 18/12/2019 pelo Pleno. Assim, o quórum qualificado (dois terços) seria exigido, tão somente, para modulação de efeitos quando houver a declaração de inconstitucionalidade, conforme o previsto nos artigos 27 da Lei 9.868/1999 e 11 da Lei 9.882/1999.

QUESTÃO 47 A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens subsequentes com base na CF e na jurisprudência dos tribunais superiores.

I É cabível o manejo de reclamação contra ato administrativo que afronte autoridade de decisão do STF formalizada em ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

II Se a decisão reclamada transitar em julgado após o manejo da reclamação, esta última perderá seu objeto.



III Não cabe reclamação por alegação de afronta à autoridade de súmula vinculante editada posteriormente ao ato reclamado.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas o item III está certo.**
- d) Apenas os itens I e II estão certos.**
- e) Apenas os itens I e III estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está incorreta, pois, em relação a ato administrativo, só cabe reclamação constitucional se houver ofensa a texto de súmula vinculante, na forma do art. 103-A, §3º, da CF/88: "Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso."

Ademais, esse também é o texto expresso do art. 7º, da Lei 11.417/2006: " Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação. §1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas. §2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso."

A assertiva II está incorreta, pois ofende o texto do art. 988, §6º, do CPC: "A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.". Logo, não perde seu objeto pelo posterior julgamento do recurso contra a decisão que lhe motivou o ajuizamento.

A alternativa III está correta, pois não é possível o manejo de reclamação para os casos em que o ato administrativo foi editado conforme a jurisprudência dominante na época, por razões de segurança jurídica e ausência de parâmetro para configuração do requisito "desrespeito à autoridade da decisão". Nesse sentido: "Direito processual civil. Agravo interno em reclamação. Alegação de afronta à Súmula Vinculante nº 49. 1. Não se admite a reclamação se o ato impugnado é anterior à publicação da súmula vinculante indicada como paradigma. [...]. (Rcl 29255 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 03-08-2018 PUBLIC 06-08-2018). No mesmo sentido, veja-se a Rcl 1723 AgR-QO, do Pleno do STF.

Logo, está correta apenas a alternativa C (apenas o item III está correto), o que elimina as demais.

QUESTÃO 48 De acordo com a CF, o CPC e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito da repercussão geral.



a) Caso o acórdão formalizado no âmbito de tribunal local contrarie súmula do STF, a repercussão geral da matéria será presumida e, portanto, prescindirá da demonstração em tópico específico no recurso extraordinário.

b) A aplicação do entendimento fixado pelo STF em determinado tema de repercussão geral, em relação aos recursos extraordinários sobrestados nos tribunais de origem, não está condicionada ao trânsito em julgado do processo paradigma julgado pelo STF.

c) O reconhecimento da repercussão geral de determinada matéria exige que a questão seja simultaneamente relevante do ponto vista econômico, político, social e jurídico.

d) Uma vez reconhecida a repercussão geral de determinado tema, todos os processos que versem sobre a mesma matéria serão automaticamente suspensos.

e) A rejeição da repercussão geral de determinado tema somente pode ser realizada pelo STF, estando condicionada à manifestação da maioria simples dos ministros integrantes dessa corte suprema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a presença de paradigma com repercussão geral, não desobriga a parte de demonstrar que este incide sobre o espectro fático de seu caso concreto, conforme redação do art. 1.035, §2º, do CPC: "O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda nesse sentido, precedente vinculante do STF: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE PRELIMINAR. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Nos termos do art. 327, caput, do Regimento Interno do STF, com a redação dada pela Emenda Regimental 21/2007, os recursos que não apresentem preliminar de repercussão geral serão recusados. Exigência que também se aplica às hipóteses de repercussão geral presumida ou já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. II - Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 886344 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 07/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 23-10-2015 PUBLIC 26-10-2015).

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o texto do art. 1.040, I e II, do CPC: " Publicado o acórdão paradigma: I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior; II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior.". Veja-se que o texto do CPC não exige o trânsito em julgado, mas a mera publicação do paradigma. Nesse sentido, a jurisprudência do STJ: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO ACÓRDÃO. PRESCRIÇÃO. INDÉBITO TRIBUTÁRIO. LC 118/2005. TRÂNSITO EM JULGADO DE RECURSO REPETITIVO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO IMPEDE A ADOÇÃO DA TESE NELE FIRMADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. [...] 2. O acórdão embargado não apresenta omissão, uma vez que o STJ já se pronunciou no sentido de ser desnecessário o trânsito em julgado da decisão proferida em Recurso Especial submetido ao rito do art. 543-C do CPC para a adoção da tese nele firmada (AgRg no REsp 1.218.277/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 13.12.2011; AgRg no REsp 1.095.152/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 27.9.2010; AgRg no AREsp 175.188/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.8.2012).[...] (EDcl no AgRg no Ag n.



1.067.829/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 9/10/2012, DJe de 31/10/2012.)

A alternativa C está incorreta, pois as hipóteses de relevância da matéria objeto da alegação de repercussão geral são alternativas, e não cumulativas, a teor da expressa redação do art. 1.035, §1º, do CPC: "Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo."

A alternativa D está incorreta, pois a suspensão dos processos repetitivos que serão atingidos pela decisão do recurso afetado com repercussão geral, depende de decisão do relator, não sendo, portanto, automática, conforme o que expressamente determina o art. 1.035, §5º, do CPC: "Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional."

A alternativa E está incorreta, pois a rejeição de repercussão geral depende de voto da maioria qualificada (dois terços) dos membros do STF, conforme expressa redação do art. 102, §3º, da CF/88: "No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros."

QUESTÃO 49 Diante de sentença que julgou procedente pedido de contribuinte para alterar, sob a ótica constitucional, a base de cálculo do imposto de renda, a PGFN interpôs recurso de apelação, tendo o órgão colegiado do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) proferido acórdão que negou provimento ao pedido.

Destaca-se que, à época em que foi proferido o acórdão, havia controvérsia constitucional acerca da mesma questão no âmbito daquele tribunal. A PGFN interpôs recurso extraordinário, que não foi conhecido pelo ministro relator do STF, ante a existência de óbices formais.

A fazenda nacional recorreu da decisão, que foi mantida pelo STF e transitou em julgado. Um ano após o trânsito em julgado, o plenário do STF, enfrentando, pela primeira vez, a mesma matéria debatida naquele processo, entendeu, em controle difuso ser legítima aquela tributação. Buscando rever o quadro, a fazenda nacional analisa a possibilidade de ajuizar ação rescisória, considerando o teor da Súmula n.º 343 do STF, *in verbis*: "Não cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

Considerando essa situação hipotética e o entendimento jurisprudencial do STF acerca do assunto, assinale a opção correta.

a) Não será cabível ação rescisória, porquanto à época em que foi decidida a questão constitucional no TRF-4, a jurisprudência daquele tribunal era controvertida, incindindo o óbice da referida súmula do STF, que também se aplica à matéria constitucional.

b) Será cabível ação rescisória a ser ajuizada no STF, que deve rescindir seus próprios julgados, não incindindo o óbice da referida súmula do STF, porquanto inaplicável a matéria constitucional.



c) Será cabível ação rescisória a ser ajuizada no TRF-4, não incidindo o óbice da referida súmula do STF, porquanto a controvérsia constitucional que impede o manejo da rescisória é aquela verificada no âmbito do STF.

d) Será cabível ação rescisória a ser ajuizada no TRF-4, não incidindo o óbice da referida súmula do STF, porquanto inaplicável a matéria constitucional.

e) Será cabível ação rescisória a ser ajuizada no STF, que deve rescindir os próprios julgados, não incidindo o óbice da referida súmula do STF, porquanto a controvérsia constitucional que impede o manejo da rescisória é aquela verificada no âmbito do STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o óbice da Súmula 343 do STF é aplicado, tão somente, aos casos em que a controvérsia sobre a interpretação do texto legal se dava no âmbito do próprio STF. Nesse sentido: "Ação rescisória. Decisão fundada em jurisprudência do STF posteriormente alterada. Art. 557, §1º, do CPC. Suposta violação literal de lei. Inocorrência. Não cabe ação rescisória de decisões proferidas em harmonia com a jurisprudência do STF, ainda que ocorra alteração posterior do entendimento do Tribunal sobre a matéria. Ação não conhecida. Precedente: RE 590.809. (AR 2199, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-125 DIVULG 26-06-2015 PUBLIC 29-06-2015)

Assim, se a controvérsia se deu apenas no âmbito do TRF-4, em havendo posicionamento posterior do STF contrário ao entendimento do tribunal regional, cabe ação rescisória, conforme o que expressamente preceitua o art. 525, §§12 e 15, do CPC: "§12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] §15. Se a decisão referida no §12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.". Logo, encontra-se equivocado o enunciado por se afastar da *ratio decidendi* da referida Súmula 343, do STF, cuja interpretação deve ser adaptada ao texto do CPC/2015.

A alternativa B está incorreta, pois, como o recurso extraordinário não foi conhecido, a ação rescisória deverá ser ajuizada no TRF-4, conforme art. 968, §5º, I, do CPC: "Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da ação rescisória, quando a decisão apontada como rescindenda: I - não tiver apreciado o mérito e não se enquadrar na situação prevista no § 2º do art. 966."

Ademais, o STF só tem competência para apreciar ações rescisórias de seus julgados, na forma do art. 102, I, "j" da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados. Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA. MÉRITO DA AÇÃO APRECIADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE PARA JULGAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação rescisória interposta com o objetivo de rescindir julgado cujo mérito foi por ele apreciado em recurso



extraordinário. II – Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 1136354 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 11/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 15-05-2020 PUBLIC 18-05-2020).

Destaca-se, porém, que mesmo não tendo apreciado o mérito, se STF tiver analisado a questão controvertida, terá competência para a ação rescisória, conforme sua Súmula 249: "É competente o Supremo Tribunal Federal para a ação rescisória, quando, embora não tendo conhecido do recurso extraordinário, ou havendo negado provimento ao agravo, tiver apreciado a questão federal controvertida."

A alternativa C está correta, pois o TRF-4 é o competente para análise da rescisória, na forma do art. 966, §5º, I, do CPC, por ter sido o último órgão a apreciar o mérito da demanda, e não incide o óbice da referida Súmula, porque somente não cabe rescisória em face de posicionamento do STF se havia divergência sobre a matéria naquele tribunal, não importando, para tanto, divergência sobre a matéria em outros tribunais, conforme precedente acima citado.

A alternativa D está incorreta, pois a Súmula 343 do STF é aplicável para matéria constitucional, destacando, porém, apenas que não cabe rescisória quando a matéria era controvertida no âmbito do STF quando da prolação da decisão rescindenda, conforme julgados acima citados, não sendo óbice à reabertura do caso a controvérsia existente sobre o tema em outros tribunais.

A alternativa E está incorreta, pois, no caso a competência é do TRF-4, último órgão a proferir decisão de mérito no processo.

QUESTÃO 50 A respeito dos juizados especiais federais, julgue os itens subsequentes.

I As ações mediante as quais se busque anular lançamento tributário não se submetem à competência dos juizados especiais federais.

II É possível à fazenda pública transigir nos processos de competência dos juizados especiais federais.

III Do acórdão formalizado por turma recursal do juizado especial federal caberá recurso especial ou recurso extraordinário, a depender da natureza da matéria questionada, se infraconstitucional ou constitucional.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está incorreta, pois é da competência dos juizados especiais federais a ação anulatória de lançamento tributário, conforme expressa ressalva do art. 3º, §1º, III, da Lei 10.259/2001: "Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças. §1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas: III - para a anulação ou



cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal."

A assertiva II está correta, pois cabe transação nos processos de competência dos juizados especiais federais, a teor do previsto no art. 10, parágrafo único, da Lei 10.259/2001: "Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais."

A assertiva III está incorreta, pois não cabe recurso especial no âmbito dos feitos de competência dos juizados especiais federais, porque não se cumpre o requisito "decisão oriunda de tribunal", previsto no art. 105, III, da CF/88, conforme Súmula 203, do STJ: "Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais."

Logo, como apenas a assertiva II está correta, as demais alternativas ficam eliminadas.

QUESTÃO 51 No que se refere ao cumprimento de obrigação de pagar quantia certa oponível à fazenda pública, assinale a opção correta segundo a CF e a jurisprudência do STF.

a) Reconhecido o indébito tributário no âmbito de mandado de segurança, o impetrante poderá requerer administrativamente a restituição desses valores.

b) Não se admite a expedição de requisição de pequeno valor (RPV) para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado pelo credor da fazenda pública.

c) Incidirão juros de mora desde a data da expedição até a data do efetivo pagamento do precatório.

d) Admite-se a execução provisória de obrigação de pagar quantia certa em face da fazenda pública.

e) Não incidirão juros de mora no período compreendido entre a data da elaboração dos cálculos e a data da expedição do precatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque a decisão do mandado de segurança não garante ao contribuinte o ressarcimento administrativo, mas apenas a compensação com eventuais outros débitos tributários, a teor da Súmula 461 do STJ: "O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória."

A alternativa B está correta, pois só cabe o fracionamento do precatório ou RPV autônomo para recebimento de honorários sucumbenciais, não se aplicando aos contratuais, conforme Súmula Vinculante 47: "Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.". Nesse sentido esclarecendo-se o âmbito de aplicação da referida Súmula Vinculante: "Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Fracionamento para pagamento por RPV ou precatório. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2.



O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido. 4. Inaplicável o art. 85, 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. (RE 1094439 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 02/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-052 DIVULG 16-03-2018 PUBLIC 19-03-2018)

A alternativa C está incorreta, pois só incidem juros de mora se houver atraso no pagamento do precatório, não se contando de sua expedição, mas do exercício seguinte ao prazo final para sua apresentação, conforme Súmula Vinculante 17: "Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme Enunciado 532 do FPPC: "A expedição do precatório ou da RPV depende do trânsito em julgado da decisão que rejeita as arguições da Fazenda Pública executada." Logo, não é cabível a expedição de precatório de decisão provisória, inclusive, conforme redação do art. 2º-B, da Lei 9.494/1997: "A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado." Nesse sentido: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA. DESCABIMENTO. EMENDA CONSTITUCIONAL 30/2000. Desde a promulgação da Emenda Constitucional 30, de 13.09.2000, que deu nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição federal de 1988, tornou-se obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos débitos oriundos apenas de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais. Não se admite, assim, execução provisória de débitos da Fazenda Pública. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 463936 ED, Relator(a): JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 23/05/2006, DJ 16-06-2006 PP-00027 EMENT VOL-02237-05 PP-00829)."

A alternativa E está incorreta, pois incidem juros entre a data do cálculo e elaboração do precatório, conforme entendimento do STF (Informativo 861 - Tema 96 de Repercussão Geral): "JUROS DA MORA – FAZENDA PÚBLICA – DÍVIDA – REQUISICÃO OU PRECATÓRIO. Incidem juros da mora entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. (RE 579431, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 19/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-145 DIVULG 29-06-2017 PUBLIC 30-06-2017).

QUESTÃO 52 Em relação aos julgamentos virtuais no âmbito do STF e do STJ, assinale a opção correta.

- a) Não cabe recurso contra o indeferimento dos pedidos de retirada de processos da pauta de julgamento virtual.**
- b) As ações de controle concentrado não são passíveis de julgamento em sessão virtual.**
- c) Não é permitido alegar questões de fato durante o julgamento de processos em sessão virtual.**
- d) A realização de sustentação oral nos julgamentos virtuais está condicionada ao deferimento do ministro relator.**
- e) Não é legalmente possível que os ministros peçam vista de processos submetidos a julgamentos virtuais.**



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque, por se tratar de decisão de relator, cabe recurso de agravo interno, na forma do art. 1.021, *caput*, do CPC: "Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal."

A alternativa B está correta, pois as ações de controle concentrado não são passíveis de julgamento em sessão virtual, por não figurarem no rol do art. 21-B, do Regimento Interno do STF: "O Relator poderá liberar para julgamento listas de processos em ambiente presencial ou eletrônico. Parágrafo único. A critério do Relator, poderão ser submetidos a julgamento em ambiente eletrônico, observadas as respectivas competências das Turmas ou do Plenário, os seguintes processos: I – agravos internos, regimentais e embargos de declaração; II – medidas cautelares em ações de controle concentrado; III - referendums de medidas cautelares e de tutelas provisórias; IV - recursos extraordinários e agravos, inclusive com repercussão geral reconhecida, cuja matéria discutida tenha jurisprudência dominante no âmbito do STF; V – demais classes processuais cuja matéria discutida tenha jurisprudência dominante no âmbito do STF."

A alternativa C está incorreta, pois é permitido alegar questões de fato durante o julgamento de processos em sessão virtual, conforme art. 3º da Resolução 675/2020, do STF, que acrescentou o §6º, no art. 5º-A, da Resolução 642/2019 do mesmo tribunal: "Art. 5º-A [...] §6º Iniciada a sessão virtual, os advogados e procuradores poderão realizar esclarecimentos exclusivamente sobre matéria de fato, por meio do sistema de peticionamento eletrônico do STF, os quais serão automaticamente disponibilizados no sistema de votação dos Ministros."

A alternativa D está incorreta, pois a realização de sustentação oral nos julgamentos virtuais não está condicionada ao deferimento do ministro relator, bastando sua simples inscrição nos casos cabíveis, na forma do art. 937, §2º, do CPC: "O procurador que desejar proferir sustentação oral poderá requerer, até o início da sessão, que o processo seja julgado em primeiro lugar, sem prejuízo das preferências legais."

A alternativa E está incorreta, pois é legalmente possível que os ministros peçam vista de processos submetidos a julgamentos virtuais, na forma do art. 5º, da Resolução 642/2019, do STF: "As listas ou processos objetos de pedido de vista feito em ambiente eletrônico poderão, a critério do ministro vistor, ser devolvidos para prosseguimento do julgamento em ambiente virtual, oportunidade em que os votos já proferidos poderão ser modificados."

QUESTÃO 53 No que se refere à eficácia normativa executiva dos pronunciamentos do STF que, em controle abstrato, afirmem a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinado ato normativo, considerados os limites da coisa julgada, assinale a opção correta.

a) No conflito entre a garantia individual da coisa julgada e a interpretação acerca da constitucionalidade ou não acerca de determinado ato normativo conferida pelo STF, aquela somente não prevalecerá se a decisão do STF lhe for anterior.

b) Sentença exequenda que tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional pelo STF, prescinde de ação rescisória na hipótese em que a decisão do STF seja anterior à formação do título executivo.



c) **Decisão do STF que declare a inconstitucionalidade de ato normativo produzirá a automática rescisão das decisões anteriores transitadas em julgado que tenham adotado entendimento em sentido contrário.**

d) **Nas relações jurídicas de trato sucessivo, havendo coisa julgada que estabeleça a inconstitucionalidade de determinada norma, e, posteriormente, decisão superveniente do STF, na qual se declare a constitucionalidade daquele preceito legal, a cessação dos efeitos da coisa julgada estará condicionada ao ajuizamento de ação rescisória ou revisional.**

e) **Segundo o entendimento do STF, o princípio da supremacia da Constituição tem prevalência máxima, de forma a ser insuscetível de execução qualquer sentença, tida por inconstitucional pelo STF, seja em controle difuso, seja em controle concentrado de constitucionalidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque pronunciamento sobre a constitucionalidade de ato normativo posterior ao trânsito em julgado de decisão cria a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória para alteração do entendimento firmado com base em tese divergente da fixada pelo STF, conforme art. 525, §§12 e 15, do CPC: "§12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] §15. Se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal."

A alternativa B está correta, pois cabe impugnação ao cumprimento de sentença para alegação de inexigibilidade do título executivo cuja tese de sua fundamentação ofende decisão do STF em controle de constitucionalidade proferida antes de seu trânsito em julgado, conforme art. 525, *caput*, §§1º, III, 12 e 14, do CPC: "Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. §1º Na impugnação, o executado poderá alegar: [...] III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; [...] § 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. [...] §14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no §12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.

A alternativa C está incorreta, pois a declaração de inconstitucionalidade não produz efeito automático sobre decisões anteriormente prolatadas, mas deve ser objeto de ação rescisória, na forma do art. 525, §§12 e 15, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois, nas relações jurídicas de trato sucessivo, havendo coisa julgada que estabeleça a inconstitucionalidade de determinada norma, e, posteriormente, decisão superveniente do STF, na qual se declare a constitucionalidade daquele preceito legal, a cessação dos efeitos da coisa julgada é automática, conforme o decidido no tema 881 de Repercussão Geral do STF: "1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se



tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo."

A alternativa E está incorreta, pois é possível a formação de coisa soberanamente julgada se não for ajuizada ação rescisória dentro do prazo de 02 anos do trânsito em julgado da decisão proferida no STF, conforme art. 525, §15, do CPC. Ademais, não se pode dizer que temos, em nosso sistema constitucional, princípios absolutos.

QUESTÃO 54 No que se refere às ações coletivas, julgue os itens subsequentes, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

I Em ação civil pública, os efeitos da sentença de procedência estão restritos aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, exceto se a ação for proposta no foro nacional.

II A legitimidade ativa das associações está condicionada à autorização expressa dos associados e à comprovação de filiação anterior, seja para a propositura de ação sobre o rito ordinário, seja para a impetração de mandado de segurança coletivo em defesa dos interessados dos associados.

III A legitimidade do sindicato para agir como substituto processual nas ações em que atua na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores integrantes da categoria alcança a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos seus integrantes.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está incorreta, pois os efeitos da sentença de procedência na ação civil pública não estão restritos aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, já que o STF julgou inconstitucional o art. 16 da Lei 7.347/1985, conforme RE 1.101.937 (Tema 1075 de Repercussão Geral do STF): "I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo ripristinada sua redação original; II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas. Assim prevaleceu a redação do art. 16, nos seguintes termos: " A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, hipótese em que



qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova".

A assertiva II está incorreta, pois a legitimidade ativa das associações não está condicionada à autorização expressa dos associados e à comprovação de filiação anterior para a impetração de mandado de segurança coletivo em defesa dos interessados dos associados, conforme Súmula 629, do STF: "A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes."

A assertiva III está correta, pois está de acordo com o decidido no RE 883.642 (Tema 823 de Repercussão Geral do STF), com a seguinte tese firmada: "Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos."

Logo, como apenas o item III está correto, ficam eliminadas as demais alternativas.

QUESTÃO 55. O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, quando o fato deveria ser conhecido por quem tratou com o representante, será

- a) Válido.
- b) Nulo.
- c) Inexistente.
- d) Anulável.
- e) Ineficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata da representação nos negócios jurídicos, disciplinada nos arts. 115 a 120 do Código Civil.

A situação se refere a negócio jurídico que conflita com os interesses do representado, a respeito de fato do qual a pessoa com quem o representante tratou devia ter conhecimento.

Trata-se de hipótese integralmente regulada pelo art. 119 do Código Civil, segundo o qual: "É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou".

Assim, em sendo expressa a previsão de anulabilidade do referido negócio jurídico, depreende-se que a única alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 56. Assinale a opção que indica o prazo mínimo, a partir da prática do ato interruptivo, durante o qual a prescrição em favor da fazenda pública recomeça a correr.

- a) Um ano e meio.
- b) Cinco anos.
- c) Três anos.



d) Dois anos e meio.

e) Dois anos.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do prazo prescricional mínimo que deve se contar em favor da Fazenda Pública, a partir de ato interruptivo referente à demanda contra a União, Estados e Municípios.

Muito embora, nas relações jurídicas em geral, o ato interruptivo devolve integralmente ao credor o prazo prescricional, que se reiniciará a partir de então (art. 202, parágrafo único, do Código Civil), quando a Fazenda Pública figure como devedora, caso o prazo prescricional para ajuizamento da ação venha a ser interrompido, será devolvido ao credor apenas dois anos e meio.

Trata-se de conteúdo extraído do art. 9º do Decreto 20.910/32: “A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo”.

Além disso, dispõe a Súmula 383 do STF: “A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo”.

Diante do exposto, a única alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 57. Assinale a opção que apresenta o princípio ou instituto jurídico incidente no julgamento de recurso especial interposto contra decisão exarada ainda na vigência do CPC de 1973 que atraia as regras de cabimento e demais pressupostos de admissibilidade da legislação processual civil já revogada, apesar de o julgamento ocorrer sob a égide do CPC de 2015.

a) Singularidade recursal.

b) Ultratividade.

c) Aplicação da norma mais favorável.

d) Vedação da *reformatio in pejus*.

e) Segurança jurídica.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da produção dos efeitos de normas no ordenamento brasileiro.

Em regra, uma norma passa a produzir efeitos desde a sua vigência, nos termos do art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): “A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

Além disso, a entrada em vigor de uma lei nova revoga a lei anterior, nos seguintes termos: “A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior” (art. 2º, § 1º, da LINDB).

No entanto, em algumas situações, muito embora haja uma norma nova em vigor, cujos efeitos estão surtindo normalmente, admite-se que norma anterior produza efeitos em momento posterior



à sua revogação. Trata-se da ultratividade, segundo a qual há a prolongação dos efeitos de uma norma para além do prazo de sua vigência.

Referido fenômeno é passível de aplicação, conforme entendimento fixado pelo STJ, em situação em que há a publicação de sentença sob a égide do CPC/73, devendo o seu respectivo recurso observar as regras do antigo diploma processual no que tange ao seu processamento e pressupostos de admissibilidade, a despeito da vigência do CPC/15.

Nestes termos: “A decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça” (STJ, AgInt no AREsp 1220398/SP, Min. Rel. Francisco Falcão, julgado em 01/12/2020).

Nestes termos, depreende-se que a única alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 58. Nos termos da Lei nº 9.610/1998, que versa sobre direito autorais, são obras intelectuais protegidas

I esboços concernentes à topografia.

II conferências.

III sermões.

IV programas de computador.

V alocações.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e V estão certos.

b) Apenas os itens II e III estão certos.

c) Apenas os itens I, IV e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, pelo fato de os esboços concernentes à topografia serem enquadrados como obras intelectuais protegidas, nos termos do art. 7º, inc. X, da Lei nº 9.610/1998: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: (...) X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência”.

O item II está correto, pelo fato de as conferências serem enquadradas como obras intelectuais protegidas, nos termos do art. 7º, inc. II, da Lei nº 9.610/1998: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: (...) II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza”.



O item III está correto, pelo fato de os sermões serem enquadrados como obras intelectuais protegidas, nos termos do art. 7º, inc. II, da Lei nº 9.610/1998: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: (...) II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza”.

O item IV está correto, pelo fato de os programas de computador serem enquadrados como obras intelectuais protegidas, nos termos do art. 7º, inc. XII, da Lei nº 9.610/1998: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: (...) XII - os programas de computador”.

O item V está correto, pelo fato de as alocações serem enquadradas como obras intelectuais protegidas, nos termos do art. 7º, inc. II, da Lei nº 9.610/1998: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: (...) II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza”.

Considerando que todos os itens estão corretos, depreende-se que a alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 59. Determinada cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul é mundialmente conhecida como a cidade dos gêmeos. Um órgão oficial realizou uma pesquisa para apurar a razão pela qual os nascimentos gemelares ocorrem em maior proporção naquela localidade. Na pesquisa, a população local respondeu a diversos questionamentos, inclusive referentes a raça e orientação sexual.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta segundo a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

- a) O órgão poderá realizar o tratamento dos dados fornecidos na pesquisa, desde que o respectivo titular forneça termo de consentimento por escrito, uma vez que estão em pauta dados pessoais sensíveis.**
- b) O órgão poderá realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis, sendo obrigatória a anonimização dos titulares dos dados.**
- c) O órgão não poderá realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis, mas apenas o tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD.**
- d) O órgão poderá realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis, independentemente do consentimento do titular, garantida, sempre que possível, a sua anonimização.**
- e) A pesquisa não envolve dados pessoais sensíveis, mas apenas dados pessoais, razão pela qual não há que se falar em impossibilidade de tratamento dos dados coletados.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do regime de tratamento de dados sensíveis, previsto no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Inicialmente, deve-se destacar que os dados atinentes à raça e orientação sexual são considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inc. II, da LGPD: “Para os fins desta Lei, considera-se: (...) II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política,



filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural”.

Referida informação é importante, na medida em que determina a aplicação de um regime de tratamento de dados mais rígido quando em comparação com os demais dados pessoais.

Nestes termos, tem-se:

A alternativa A está correta, uma vez que o tratamento dos dados sensíveis requer, em regra, o consentimento do seu titular ou responsável legal, conforme dispõe o art. 11, inc. I, da LGPD: “O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o tratamento dos dados sensíveis é feito de forma restritiva – e não genericamente tal qual afirmado na assertiva -, devendo-se observar, para tanto, as seguintes exigências: o consentimento, em regra, do titular dos dados, conforme art. 11, inc. I, da LGPD; a dispensa do referido consentimento tão somente quando verificadas as hipóteses taxativamente previstas no art. art. 11, inc. II, da LGPD.

A alternativa C está incorreta, pois se admite o tratamento de dados sensíveis, muito embora nos limites do art. 11 da LGPD.

A alternativa D está incorreta, na medida em que o tratamento de dados sensíveis independe do consentimento do titular apenas e tão somente nas hipóteses previstas no art. 11, inc. II, da LGPD, segundo o qual: “O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: (...) II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem); e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais”.

A alternativa E está incorreta, na medida em que a pesquisa diz respeito a dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 5º, inc. II, da LGPD, supracitado.

QUESTÃO 60. No que se refere à teoria da empresa e ao empresário, assinale a opção correta, considerando o Código Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A constituição de estabelecimento secundário - sucursal, filial ou agência - sempre deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

b) Quanto à inscrição no registro competente e aos efeitos dela decorrentes, a legislação assegura tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, ao pequeno empresário e à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional.



c) A adoção da teoria da empresa pelo Código Civil consolidou, no ordenamento jurídico nacional, o importante papel da empresa como sujeito de direitos.

d) Quem exerce profissão intelectual - de natureza científica, literária ou artística - visando à obtenção de lucro é necessariamente empresário, nos termos do Código Civil.

e) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis é ato obrigatório e principal requisito para a constituição da qualidade de empresário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme literalidade do artigo 969 do CC: " O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária".

A alternativa B está incorreta. Não há tratamento favorecido a associação futebolística, com base no artigo 970 do CC: " A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes".

A alternativa C está incorreta. A teoria da empresa toma como elemento principal atividade desenvolvida e não o empresário, o qual era o foco principal da teoria das corporações de comércio.

A alternativa D está incorreta. Para ser considerado como empresário, o profissional de atividade intelectual deve ter como elemento da empresa o próprio exercício da profissão, nos termos do artigo 966, parágrafo único, do CC: " Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa".

A alternativa E está incorreta. Registro não é ato de constituição da qualidade de empresário, apenas ato que pode alterar suas obrigações como empresário, tal qual a responsabilidade patrimonial, conforme exegese do artigo 966 do CC: " Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços".

QUESTÃO 61. Com base nas disposições do Código Civil em vigor referentes à empresa e às sociedades empresárias, assinale a opção correta.

a) Pessoa natural poderá constituir empresa individual de responsabilidade limitada, tomando-se titular da totalidade do capital social, que não poderá ser inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no Brasil.

b) Na sociedade em comum, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade senão depois de executados os bens sociais.

c) Na sociedade simples os sócios podem integralizar suas quotas por meio da transferência de dinheiro, bens ou créditos sendo vedada, porém, a contribuição mediante prestação de serviços.

d) Na sociedade em conta de participação, o sócio ostensivo e o sócio participante se obrigam, de forma ilimitada, perante terceiro.

e) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa tenta fazer referência ao tipo EIRELI, não mais existente no direito brasileiro, destacando-se que não há limitação para capital social para constituição de sociedade unipessoal limitada.

A alternativa B está incorreta. Não são todos os sócios que possuem o benefício de ordem, o sócio que contratou pela sociedade terá seus bens executados juntamente com os bens sociais, sem o citado benefício, conforme artigos 989 e 990 do CC: " Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer. Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade".

A alternativa C está incorreta. É permitida a contribuição por serviço nas sociedades simples, nos termos do artigo 1006 do CC: " O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído".

A alternativa D está incorreta. Somente o sócio ostensivo se obriga de forma ilimitada, como traz o artigo 991 do CC: " Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. Parágrafo único. Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social".

A alternativa E está correta. Conforme artigo 1039 do CC: " Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais".

QUESTÃO 62. Acerca das sociedades por ações, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 6.404/1976.

a) A diretoria deve ser composta por, no mínimo, dois diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia-geral ou, se existente, pelo conselho de administração.

b) As ações ordinárias e preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, sendo vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações.

c) Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da assembleia-geral, podendo o estatuto social estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista.

d) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto social, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria, sendo contudo a representação da sociedade privativa dos diretores, que deverão ser residentes no Brasil.

e) A assembleia-geral, que possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e para tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, deverá ser realizada necessariamente de maneira presencial, na sede da companhia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. A diretoria pode ser composta por um 1 membro, destituível pelo conselho da administração ou, se inexistente, pela assembleia geral, conforme artigo 143 da lei 6404/76: "Art. 143. A Diretoria será composta por 1 (um) ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral, e o estatuto estabelecerá".

A alternativa B está incorreta. É permitido o voto plural em ações ordinárias, nos termos do artigo 16, IV da lei 6404/76: "Art. 16. As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de: (...) IV - atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações, observados o limite e as condições dispostos no art. 110-A desta Lei".

A alternativa C está correta. Conforme artigo 110, caput e §1º, da lei 6404/76: "Art. 110. A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembleia-geral. § 1º O estatuto pode estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista".

A alternativa D está incorreta. Não há a exigência dos diretores serem residentes no Brasil, nos termos do artigo 138, caput e §1º, da lei 6404/76: "Art. 138. A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria. § 1º O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores".

A alternativa E está incorreta. O acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da lei 6404/76: "Parágrafo único. Nas companhias, abertas e fechadas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente".

QUESTÃO 63. Em relação aos contratos empresariais, julgue os itens a seguir conforme a atual jurisprudência do STJ.

I No contrato de leasing ainda que haja cláusula resolutiva expressa é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.

II A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em uma compra e venda a prazo

III O contrato de alienação fiduciária em garantia não poderá ter por objeto bem que já integre o patrimônio do devedor.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) O Apenas o item II está certo

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão corretos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



O item I está certo. Conforme súmula 369 do STJ: "No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora".

O item II está errado. Conforme súmula 293 do STJ: "A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil".

O item III está errado. Conforme súmula 28 do STJ: "O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor".

QUESTÃO 64. Considerando o regime falimentar previsto na Lei n. 11.101/2005, assinale a opção correta.

a) É cabível a decretação da falência do devedor que, como parte de seu plano de recuperação judicial, simular a transferência de seu principal estabelecimento, com o objetivo de burlar legislação ou a fiscalização ou de prejudicar credor.

b) A insolvência econômica de uma sociedade empresária enseja a decretação de sua falência pelo juízo competente, a pedido do credor

c) Será decretada a falência da sociedade empresária que sem relevante razão de direito, não pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título cuja soma ultrapasse quarenta salários mínimos na data do pedido de falência, sendo vedada a reunião dos credores em litisconsórcio para atingir esse limite mínimo.

d) O pedido de falência de uma sociedade empresária fundamentado em hipótese legal deverá ser indeferido se a devedora depositar, no prazo de quinze dias, contados da citação, o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios.

e) A falência de sociedade empresária executada por qualquer valor líquido, a pedido do credor, será decretada pelo juízo competente, independentemente do protesto do título executivo, caso ela, dentro do prazo legal, não pague, não deposite nem nomeie bens à penhora suficientes à integral garantia do débito.

Comentários

Questão passível de recurso, pois há aparentemente duas alternativas corretas.

A alternativa A está correta. A questão traz hipótese de ato considerado como justificante de falência, previsto no artigo 94, III, alínea d, da Lei 11.101/05, contudo inserido em um plano recuperacional. Pela literalidade estrita, a alternativa estaria errada, já que os atos do citado artigo não autorizam a falência se autorizados pelo plano de recuperação; mas, ao analisar o sentido da situação narrada, o ato, mesmo fazendo parte do plano de recuperação, seria motivo para decretação de falência, já que é ato simulado (ato nulo) que tenta burlar a lei e prejudicar credores.

A alternativa B está incorreta. A insolvência econômica não é, por si só, motivo para decretação de falência. O artigo 94 da lei 11.101/05 traz hipóteses de insolvência jurídica.

A alternativa C está incorreta. É admitida a reunião de credores, como traz o artigo 94, §1º, da Lei 11.101/05: "Credores podem reunir-se em litisconsórcio a fim de perfazer o limite mínimo para o pedido de falência com base no inciso I do caput deste artigo".

A alternativa D está incorreta. O prazo para depósito é de 10 dias, nos termos do artigo 98, parágrafo único, da Lei 11.101/05: " Citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. Nos pedidos baseados nos incisos I e II do caput do art. 94 desta



Lei, o devedor poderá, no prazo da contestação, depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, hipótese em que a falência não será decretada e, caso julgado procedente o pedido de falência, o juiz ordenará o levantamento do valor pelo autor".

A alternativa E está correta. Conforme artigo 94, inciso II, da Lei 11.101/05: " Será decretada a falência do devedor que: II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal".

QUESTÃO 65. Determinado funcionário público, com 24 anos de idade, foi indiciado pela prática de corrupção passiva, punível com pena de reclusão de dois anos a doze anos, em concurso com o crime de prevaricação, cuja pena prevista é de detenção de três meses a um ano.

Nesta situação hipotética, para que não ocorra a prescrição dos crimes, o prazo máximo do recebimento da denúncia

a) É de vinte anos.

b) Dependerá da pena em concreto a ser aplicada em função dos crimes.

c) É de vinte anos, para o crime de corrupção passiva, e de oito anos, para o crime de prevaricação.

d) É de dezesseis anos.

e) É de dezesseis anos, para o crime de corrupção passiva, e de quatro anos, para o crime de prevaricação.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata da extinção da punibilidade pela prescrição.

Inicialmente, ressalta-se que, em caso de concurso de crimes, deve-se analisar a extinção da punibilidade isoladamente, nos termos do art. 119 do Código Penal: "No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente".

Ademais, para fins de verificação da extinção da punibilidade em função da prescrição, deve-se analisar os prazos previstos no art. 109 do Código Penal: "A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze; II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze; III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito; IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro; V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano".

Considerando que, para o crime de corrupção passiva, é prevista uma pena de reclusão de 2 a 12 anos (art. 317 do Código Penal), sua prescrição se dará no prazo de 16 anos, nos termos do art. 109, inc. II, do Código Penal.

Considerando que, para o crime de prevaricação, é prevista uma pena de detenção de 3 meses a 1 ano, sua prescrição se dará no prazo de 4 anos, nos termos do art. 109, inc. V, do Código Penal.

Assim, a única alternativa correta é a letra C.



QUESTÃO 66. Com base no que dispõe o Código de Processo Penal (CPP) a respeito da ação civil, é correto afirmar que a PGFN está impedida de ajuizar ação cível de reparação de dano na hipótese de

- a) Despacho de arquivamento do inquérito policial.**
- b) Reconhecimento da inexistência material do fato.**
- c) Decisão que julgue extinta a punibilidade.**
- d) Despacho de arquivamento das peças de informação.**
- e) Decisão absolutória que considere atípico o ato praticado.**

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata da denominada ação civil *ex delicto*.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a propositura da ação civil diante do despacho que arquivou o inquérito, nos termos do art. 67, inc. I, do Código de Processo Penal: “Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação”.

A alternativa B está correta, na medida em que a prova da inexistência do fato que fundamentaria o pedido de ressarcimento do dano obsta a propositura da ação cível.

Referida conclusão pode ser extraída do art. 66 do Código de Processo Penal, que dispõe: “Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato”.

Uma vez que o referido dispositivo possibilita a propositura da ação cível tão somente em caso de absolvição penal fundada em dúvidas acerca da existência material do fato, depreende-se logicamente que a efetiva prova da inexistência do fato impede que haja o seu ressarcimento cível.

Corroborando com a inferência acima, dispõe o art. 935 do Código Civil que: “A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

A alternativa C está incorreta, por ser possível a propositura da ação civil caso haja a extinção da punibilidade, nos termos do art. 67, inc. II, do Código de Processo Penal: “Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: (...) II - a decisão que julgar extinta a punibilidade”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível a propositura da ação civil diante do arquivamento das peças de informação, nos termos do art. 67, inc. I, do Código de Processo Penal, citado na alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois é possível a propositura da ação civil diante do reconhecimento da atipicidade penal do fato, nos termos do art. 67, inc. III, do Código de Processo Penal: “Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: (...) III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime”.

QUESTÃO 67 – Luiz mantinha vínculo formal de emprego, desde 5/1/2019, com a indústria Vinícola Ltda. Durante o contrato de trabalho de Luiz, vigorou a convenção coletiva de trabalho (CCT) por dois anos, a partir de maio de 2019, a qual previa, entre outras cláusulas,



a percepção de décimo quarto salário pelos empregados e a extensão da garantia provisória de emprego ao trabalhador vítima de acidente de trabalho – por mais doze meses além do prazo mínimo legal deferido após a cessação do auxílio por incapacidade acidentária em razão de alta médica. A CCT não foi renovada após o prazo de sua vigência.

Em julho de 2021, Luiz sofreu acidente do trabalho e ficou afastado por 60 dias. Em dezembro de 2022, foi dispensado sem justa causa pela referida empresa. Em janeiro de 2023, Luiz ajuizou reclamação trabalhista, requerendo o reconhecimento do seu direito à garantia do emprego prevista naquela CCT, bem como o pagamento de décimo quarto salário relativo ao período de junho de 2021 a outubro de 2022.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta.

a) Luiz faz jus à percepção do décimo quarto salário e à garantia de emprego previstas na CCT, mesmo depois de cessada sua vigência, pela aplicação da regra da ultratividade das normas trabalhistas, positivada no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro e autorizada por entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

b) Luiz não faz jus ao décimo quarto salário, porquanto seu pleito se refere a período superveniente à cessação da vigência da CCT, além de haver expressa vedação legal de ultratividade das normas coletivas trabalhistas, mas faz jus à garantia de emprego pleiteada, por se tratar de norma relacionada à saúde e à segurança do trabalho, à qual aderem, sem prazo determinado, todos os contratos de trabalho.

c) Luiz não faz jus ao décimo quarto salário e à garantia de emprego previstos na CCT, porquanto ambos são relativos a período posterior à cessação da vigência da CCT em que se fundamentariam e a ultratividade de normas coletivas trabalhistas é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme ratificado pelo STF.

d) Luiz faz jus à percepção do décimo quarto salário previsto na CCT, mesmo depois de cessada sua vigência, por se tratar de verba natureza habitual, bem como pela aplicação da regra da ultratividade das normas trabalhistas, positivada no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, mas não tem direito à garantia de emprego prevista naquela CCT, por haver decorrido mais de doze meses da cessação da vigência da CCT.

e) Luiz faz jus ao reconhecimento da garantia de emprego prevista na CCT, mesmo depois de cessada sua vigência, pela aplicação da regra da ultratividade das normas trabalhistas positivada no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, mas não tem direito à percepção de verbas de décimo quarto salário pleiteadas, por ausência de habitualidade e de expressa previsão legal.

Comentários

A questão trata sobre ultratividade das normas coletivas.

A alternativa correta é a **letra C**.

Para responder a questão, era necessário o conhecimento do §3º do artigo 614 da CLT, introduzido pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17): “Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.”.

E conhecimento também do julgado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 323: “Declarar a inconstitucionalidade da Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho, na versão atribuída pela Resolução 185, de 27 de setembro de 2012, assim como a inconstitucionalidade de interpretações e de decisões judiciais que entendem que o art. 114, parágrafo segundo, da Constituição Federal,



na redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, autoriza a aplicação do princípio da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas.”

Ou seja, o STF decidiu pela inconstitucionalidade de ultratividade de normas coletivas trabalhistas.

QUESTÃO 68 - Em relação ao recurso de revista no processo do trabalho assinale a opção correta.

a) Caberá recurso de revista contra decisão proferida por tribunal regional do trabalho em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de devedor.

b) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST ou suas seções ou a súmula comum do STF.

c) A parte recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, tem o ônus de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração (analítica) de cada dispositivo legal cuja contrariedade aponte.

d) O recurso de revista terá efeito suspensivo e devolutivo devendo ser interposto perante o presidente do tribunal regional do trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo, submetendo a negativa do recurso a referendo do colegiado do tribunal.

e) O desrespeito da instância recorrida à jurisprudência fixada em súmula ou orientação jurisprudencial do TST, ou em decisão com repercussão geral pautada para julgamento no STF, caracteriza indicador de transcendência política a ensejar a admissibilidade do recurso de revista.

Comentários

A questão trata sobre recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.

A alternativa correta é a **letra C**, conforme o inciso III do §1º-A do art. 896 da CLT: “expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.”

A alternativa A está incorreta, pois conforme o 2º do art. 896 da CLT, não será cabível Recurso de Revista em execução de sentença, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta, consoante o §9º do art. 896 da CLT: “Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.”

A alternativa D está incorreta, conforme §1º do art. 896 da CLT: “O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 896-A, §1º, II, da CLT: “II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;”



QUESTÃO 69 - Considerando a interpretação do texto constitucional pelo STF e a doutrina acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) A interpretação *ubi eadem ratio, ubi eadem jus* (expressão latina que, em português, significa onde há a mesma razão, há o mesmo direito) é técnica de hermenêutica rechaçada pelo STF.
- b) Os magistrados devem buscar extrair a máxima eficácia das declarações internacionais, observando, internamente, o princípio hermenêutico básico da primazia da norma que se revelar mais favorável à pessoa humana.
- c) A manutenção de decisões das instâncias ordinárias divergentes da interpretação adotada pelo STF não constitui afronta ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional.
- d) Os princípios da interpretação constitucional e os jurídico-constitucionais se confundem na hermenêutica ligada ao caráter compromissório do constitucionalismo contemporâneo.
- e) O STF, nas várias oportunidades em que debateu sobre a questão da hermenêutica constitucional aplicada ao tema das imunidades tributárias, afastou a interpretação teleológica do instituto.

Comentários

A questão trata sobre interpretação constitucional.

A alternativa correta é a **letra B**, porque esta foi a conclusão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da inconstitucionalidade de prisão civil do depositário infiel, no RE 466.343.

A alternativa A está incorreta, pois o STF utiliza o princípio de “onde há a mesma razão, há o mesmo direito”, e não o rechaça.

A alternativa C está incorreta, porque o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais consiste em atribuir na interpretação das normas oriundas da Constituição o sentido de maior eficácia. O STF sendo o guardião da Constituição, quando fixa um precedente, atribui-lhe a maior eficácia. Uma instância ordinária decidindo de forma diversa da interpretação adotada pelo STF, afronta sim o referido princípio.

A alternativa D está incorreta, pois os princípios jurídico-constitucionais não se confundem com os princípios da interpretação constitucional.

A alternativa E está incorreta, conforme o decidido pelo STF no RE 606.107/RS: “Esta Suprema Corte, nas inúmeras oportunidades em que debatida a questão da hermenêutica constitucional aplicada ao tema das imunidades, adotou a interpretação teleológica do instituto, a emprestar-lhe abrangência maior, com escopo de assegurar à norma supralegal máxima efetividade”.

QUESTÃO 70 - Com relação à intervenção do Estado na ordem social, assinale a opção correta.

- a) O Estado intervém na ordem social na condição de agente normativo e regulador da atividade econômica.
- b) O Estado intervém na ordem social quando necessário aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo
- c) O Estado intervém na ordem social quando atua em sistema de monopólio constitucional



d) O Estado intervém na ordem social quando concede permissão de bens de uso comum do povo a particular.

e) O Estado intervém na ordem social quando presta serviços públicos ou fomenta o terceiro setor.

Comentários

A questão trata sobre intervenção do Estado na ordem social.

A alternativa correta é a **letra E**, porque é a única alternativa que apresenta uma intervenção do Estado na Ordem Social. As demais alternativas estão incorretas pois dizem respeito à Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

QUESTÃO 71 - Em determinada localidade tradicionalmente ocupada por população indígena foi encontrada jazida de minérios. O governador do estado onde se situa tal localidade concedeu a lavra da jazida para a companhia X.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A concessão da lavra da jazida somente poderia ter sido realizada com autorização do Congresso Nacional e depois de ouvidas as comunidades afetadas, as quais terão participação no resultado da lavra.

b) A CF assegura exclusivamente à União a lavra de minérios em terras ocupadas tradicionalmente pelos índios.

c) A concessão da lavra da jazida somente poderá ser considerada válida se tiver havido a observância do devido processo licitatório, na modalidade concorrência, na forma da lei.

d) A CF confere usufruto exclusivo das riquezas minerais à população indígena que habite, em caráter permanente, o território onde elas estejam localizadas.

e) A companhia X tem a obrigação de destinar 18% do produto arrecadado com a lavra da jazida para a melhoria das condições de vida da população indígena que tradicionalmente ocupa aquela área.

Comentários

A questão trata sobre lavra de minérios em terras ocupadas tradicionalmente por indígenas.

A alternativa correta é a **letra A**, conforme o artigo 231, §3º, da CF: "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

A alternativa B está incorreta, pois a lavra pode ser efetivada por outros entes, devendo somente ter autorização do Congresso Nacional.

A alternativa C está incorreta, pois o requisito é a autorização do Congresso Nacional, conforme redação transcrita acima.

A alternativa D está incorreta, porque conforme redação transcrita acima, é possível a autorização para lavra de minérios em terras indígenas.

A alternativa E está incorreta, porque o texto constitucional não dispõe acerca dessa porcentagem.



QUESTÃO 72 - Caio, sócio-gerente e responsável legal da empresa XYZ, foi admitido em 2020 como litisconsorte passivo em execução fiscal movida pela PGFN contra a referida empresa, com vistas ao pagamento de dívida ativa da União regularmente inscrita.

Intimado para a realização do pagamento ou indicação de bens à penhora, Caio ofertou uma embarcação de sua propriedade como garantia e permaneceu como depositário do bem, consoante auto de penhora lavrado pelo oficial de justiça e não contestado pela PGFN. Findos os embargos à execução, a PGFN foi declarada vencedora e solicitou a execução judicial do bem dado em garantia, que, entretanto, não foi localizado. Com isso, o procurador da PGFN responsável pelo caso solicitou a prisão de Caio, sob o argumento de que este se enquadrava como depositário infiel, cuja prisão é admitida nos termos da CF.

Considerando a situação hipotética anterior e a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

I. A previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel não foi revogada, mas deixou de ter aplicabilidade com a internalização, no ordenamento jurídico pátrio, dos tratados internacionais que a condenam.

II. O poder constituinte derivado não pode alterar a disposição constitucional referente à prisão civil do depositário infiel para dela suprimir a permissão concedida pelo constituinte originário, por se tratar de cláusula pétrea.

III. A Súmula Vinculante nº 25 do STF tornou inaplicável a parte final do inciso do art. 5. da CF que faz referência à prisão civil do depositário infiel, sendo atualmente inadmissível qualquer prisão civil por dívida.

IV. Como o Decreto nº 678/1992 (Pacto de São José da Costa Rica) não seguiu o trâmite estabelecido no § 3º do art. 3º da CF, não é possível atribuir-lhe o status de emenda constitucional.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III**
- b) I e IV**
- c) II e IV**
- d) I, II e III**
- e) II, III e IV**

Comentários

A questão trata sobre prisão civil do depositário infiel.

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, porque o artigo 5º, LXVII, não foi revogado, tendo sido a prisão civil do depositário infiel rechaçada do ordenamento jurídico com base no Pacto de São José da Costa Rica, no RE 466.343.

O item II está incorreto, pois o artigo 60, §4º dispõe que não pode abolir um direito fundamental. No caso, a retirada pelo poder constituinte derivado dessa disposição do ordenamento jurídico seria uma ampliação de direito, e não uma abolição.



O item III está incorreto, porque permanece no ordenamento jurídico a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos.

O item IV está correto, porque conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o tratado de direitos humanos não incorporado na forma do §3º do art. 5º da CF tem status supralegal, e não de emenda constitucional.

QUESTÃO 73 - São legitimados para propor, apenas incidentalmente ao curso de processo em que sejam parte, à edição, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante:

- a) os mesmos legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI).
- b) os tribunais de justiça dos estados e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- c) os tribunais superiores.
- d) os tribunais regionais federais.
- e) os municípios.

Comentários

A questão trata sobre legitimidade para propor edição, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.

A alternativa correta é a **letra E**, conforme redação do artigo 3º, §1º, da Lei nº 11.417/06: “O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.”

QUESTÃO 74 - A empresa ABC, regularmente inscrita em dívida ativa da União e ré em ação de execução fiscal ajuizada pela PGFN para cobrança do crédito público, propôs, administrativamente a realização de transação tributária resolutiva de litígio, solicitando a utilização de crédito de precatório federal expedido em seu favor para a quitação da dívida cobrada.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta segundo a CF e a Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- a) O pedido mencionado deve ser indeferido, porquanto é inadmissível a utilização de crédito de precatório para quitação de débito inscrito em dívida ativa da União.
- b) A utilização dos créditos de precatórios emitidos em face da fazenda pública federal, embora viável, é condicionada a prévia regulamentação legal, pois a regra que a prevê não é autoaplicável.
- c) A utilização de créditos em precatórios não constitui pagamento para fins de ordem cronológica e independe do regime de pagamento a que está submetido o precatório.
- d) O pedido do contribuinte não poderá ser atendido, porque fere a ordem cronológica estabelecida no texto constitucional
- e) A utilização de créditos em precatório acarreta a baixa do valor utilizado, com a redução do valor original do precatório, sendo, todavia, inadmissível o uso integral do crédito.

Comentários



A questão trata sobre precatórios.

A alternativa correta é a **letra C**, conforme art. 45-A e 46 da Res. 303/19 do CNJ: “Art. 45-A. É facultada ao credor do precatório, na forma estabelecida pela lei do ente federativo devedor, a utilização de créditos em precatórios originalmente próprios ou adquiridos de terceiros para: Parágrafo único. A utilização dos créditos em precatórios emitidos em face da Fazenda Pública Federal, na forma prevista no caput, é autoaplicável, não havendo necessidade de prévia regulamentação em lei. Art. 46. A utilização de créditos em precatórios nas hipóteses previstas no artigo anterior não constitui pagamento para fins de ordem cronológica e independe do regime de pagamento a que submetido o precatório, devendo ser realizada no âmbito do Poder Executivo e limitada ao Valor Líquido Disponível.”

A alternativa A está incorreta, conforme art. 45-A, parágrafo único, da Res. 303/19 do CNJ: “A utilização dos créditos em precatórios emitidos em face da Fazenda Pública Federal, na forma prevista no caput, é autoaplicável, não havendo necessidade de prévia regulamentação em lei”

A alternativa B está incorreta, conforme mesmo dispositivo transcrito acima.

A alternativa D está incorreta, pois o pedido não constitui pagamento para fins de ordem cronológica e independe do regime de pagamento a que submetido o precatório.

A alternativa E está incorreta, pois é possível a utilização integral do crédito em seu valor líquido.

QUESTÃO 75 - Ao final de seu mandato de deputado distrital João apresentou projeto de lei que reduzia a alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para bens imóveis de até 40m² e aumentava o número de parcelas para a quitação desse tributo referente a quaisquer imóveis do Distrito Federal (DF). O projeto de lei foi aprovado, sancionado e promulgado antes do novo pleito eleitoral. Ao assumir o mandato de governador do DF, o novo dirigente preocupou-se com a queda da arrecadação decorrente da nova medida legislativa e consultou a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) acerca da melhor medida a ser tomada.

A partir da situação hipotética apresentada e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) De acordo com o princípio da fungibilidade, não é essencial a escolha do tipo correto de ação constitucional a ser ajuizada no caso.

b) A lei distrital em questão está eivada de vício de iniciativa, por isso, deve ser retirada do ordenamento jurídico.

c) Cabe o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a lei distrital em questão.

c) Cabe o ajuizamento de ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF contra a lei distrital em questão.

e) Caso o tributo objeto da lei distrital fosse o ICMS a solução para o caso seria idêntica.

Comentários

A questão trata sobre controle de constitucionalidade de lei distrital.

A alternativa correta é a **letra D**, pois a lei que dispõe sobre o IPTU distrital tem natureza de lei municipal, não cabendo a utilização de ADI, conforme súmula nº 642 do STF: “Não cabe ação direta



de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.”. Assim, o instrumento correto seria a ADPF.

A alternativa A está incorreta. O STF entende que a ADI e a ADPF são fungíveis. No entanto, a fungibilidade não será possível quando a parte incorrer em erro grosseiro. É o caso de utilização de ADI contra ato normativo de competência municipal.

A alternativa B está incorreta, pois conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal: “As leis em matéria tributária enquadram-se na regra de iniciativa geral, que autoriza a qualquer parlamentar – deputado federal ou senador – apresentar projeto de lei cujo conteúdo consista em instituir, modificar ou revogar tributo.”

A alternativa C está incorreta, conforme explanação da alternativa correta.

A alternativa E está incorreta, porque o ICMS é um tributo de competência estadual. Assim, a impugnação de uma lei que dispõe sobre o ICMS pode ser feita utilizando-se da ADI.

QUESTÃO 76 - Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, em especial no que se refere à liberdade de expressão, julgue os itens seguintes consoante o entendimento do STF a respeito do tema.

I. A imunidade parlamentar, prevista no texto constitucional, assegura aos deputados e aos senadores o pleno exercício de sua liberdade de expressão em todas as circunstâncias em que vierem a expressar opiniões, palavras e votos.

II. São inconstitucionais as condutas e as manifestações que tenham nítida finalidade de controlar ou mesmo de abolir a força do pensamento crítico.

III. A liberdade de expressão é ilimitada em um Estado democrático de direito.

IV. A garantia constitucional da imunidade parlamentar material depende da conexão existente entre o desempenho da função legislativa e as opiniões, as palavras e os votos emitidos pelos parlamentares.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.**
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.**

Comentários

A questão trata sobre liberdade de expressão.

A alternativa correta é a **letra D**.

O Item I está incorreto, pois o Supremo Tribunal Federal sempre entendeu que a imunidade parlamentar se restringe à atos praticados no exercício da função parlamentar, e não em todas as circunstâncias.

O item II está correto, conforme julgamento do STF nos Inq. 4921 e 4922: “São inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto àquelas que pretendam



destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado”

O item III está incorreto, pois nenhum direito fundamental é absoluto, conforme a doutrina majoritária e a jurisprudência.

O item IV está correto, conforme entendimento do STF no Inq 4781: “Não incidência da imunidade parlamentar prevista no caput, do art. 53, da Constituição Federal. A jurisprudência da CORTE é pacífica no sentido de que a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta; não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. As condutas praticadas pelo parlamentar foram perpetradas em âmbito virtual, por meio da publicação e divulgação de vídeos em mídia digital ("YouTube") durante todo o dia, com constante interação do mesmo, situação que configura crime permanente enquanto disponível ao acesso de todos, ainda que por curto espaço de tempo, permitindo a prisão em flagrante do agente. [INQ 4.781 Ref, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 17-2-2021, P, DJE de 14-5-2021.]”

QUESTÃO 77 - Com base no princípio da igualdade previsto na CF e na sua interpretação conforme a doutrina, julgue os itens que se seguem.

I. A desigualdade de tratamento é essencial para que se alcancem os resultados mais próximos daquilo que pode ser a igualdade entre todos.

II. A tributação, sendo política pública, deve obedecer ao princípio da igualdade e aos objetivos da República Federativa do Brasil.

III. A distinção entre pessoas cisgênero e transgênero não pode ser levada em consideração na formulação de políticas públicas.

IV. A política de cotas raciais insere-se na discriminação positiva e poderá ser realizada conforme assento constitucional.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e III

c) III e IV

d) I, II e IV

e) I, III e IV

Comentários

A questão trata sobre o princípio constitucional da igualdade.

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está correto, conforme a própria ideia de igualdade aristotélica: “Tratar os iguais com igualdade e os desiguais na medida da sua desigualdade”. Com esse entendimento, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional as ações afirmativas para ingresso nas universidades e no serviço público, na ADPF 186.



O item II está correto, conforme os princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva.

O item III está incorreto, pois é dever do Estado levar em consideração a desigualdade das pessoas transgênero na formulação de políticas públicas, de forma a corrigir distorções, desigualdades e discriminações com esse público.

O item IV está correto, conforme ADPF 186: “I – Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares”.

QUESTÃO 78 - A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens a seguir.

I. O cabimento de reclamação constitucional destinada a impor observância de acórdão proferido em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou em recurso repetitivo requer o esgotamento prévio das instâncias ordinárias.

II. Cabe reclamação constitucional contra ato de autoridade administrativa que usurpa a competência do STF.

III. Não cabe reclamação constitucional em virtude de desobediência por ato omissivo.

IV. Cabe reclamação constitucional contra dispositivo de lei em sentido contrário ao de súmula vinculante.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A questão trata sobre reclamação constitucional.

A alternativa correta é a **letra A**. Vejamos item a item.

O item I está correto, conforme art. 988, §5º, II: “É inadmissível a reclamação: II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias”

O item II está correto, conforme art. 7º da Lei nº 11.417/06: “Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.”



O item III está incorreto, pois é cabível reclamação constitucional por ato omissivo, conforme §1º do art. 7º da Lei nº 11.417/16: “Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.”

O item IV está incorreto, pois só cabe Reclamação contra decisão judicial ou ato administrativo.

QUESTÃO 79 - Entidade de classe de âmbito estadual pretende ajuizar ADI perante o STF visando ao reconhecimento da invalidade de determinada lei estadual do local de sua sede, devido à previsão de obrigatoriedade de a entidade de classe prestar assistência à saúde como contraprestação ao pagamento da contribuição sindical.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Uma vez ajuizada a ADI, o STF não poderá exigir que a entidade se faça representar por advogado, dada a capacidade postulatória das entidades de classe prevista no texto constitucional.

b) Uma vez ajuizada a ADI, o STF poderá declarar a inconstitucionalidade da lei impugnada e, de ofício, a ilegalidade de seu decreto regulamentador.

c) Uma vez ajuizada a ADI, o STF poderá declarar a inconstitucionalidade da lei impugnada, sem, todavia, fazê-lo em relação a eventual decreto regulamentador não mencionado na exordial da ADI.

c) A legitimação especial da referida entidade para a propositura da ADI perante o STF a desobriga de atender o requisito da pertinência temática entre o conteúdo do ato impugnado e as funções ou atividades do legitimado.

e) A referida entidade não tem legitimidade para propor ADI perante o STF.

Comentários

A questão trata sobre legitimidade em controle de constitucionalidade.

A alternativa correta é a **letra E**, pois somente entidade de classe de âmbito nacional tem legitimidade para ADI no STF, conforme art. 103, IX, da CF: “confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.”

A alternativa A está incorreta, porque as entidades de classe necessitam de advogado para ajuizamento de ações de controle concentrado.

A alternativa B está incorreta, porque a referida ação não pode ser conhecida em razão da ilegitimidade ativa do autor.

A alternativa C está incorreta, porque a referida ação não pode ser conhecida em razão da ilegitimidade ativa do autor.

A alternativa D está incorreta, porque a pertinência temática é um dos requisitos para entidades de classe ajuizarem ações de controle concentrado perante o STF.

QUESTÃO 80 - Acerca do controle concentrado de constitucionalidade, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que as siglas ADC e ADI sempre que empregadas, correspondem, respectivamente, a ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade.



- a) Dado o papel constitucional do advogado-geral da União no exercício da curadoria das leis, é imprescindível a sua participação no processo de ADC.
- b) Decisão de mérito proferida no âmbito de uma ADC é apta a produzir efeitos jurídicos independentemente de a ação ter sido julgada procedente ou improcedente.
- c) ADC e ADI de lei ou ato normativo federal pressupõem demonstração de controvérsia judicial relevante.
- d) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, ADI e ADC de lei ou ato normativo federal ou estadual
- e) À exceção da ADC, nenhuma outra ação de controle concentrado de constitucionalidade admite a desistência.

Comentários

A questão trata sobre controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa correta é a **letra B**, pois a ADC é uma ação dúplice, em que o Supremo Tribunal Federal declarará a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei. Assim, julgando o mérito, independente do resultado, essa decisão está apta a produzir efeitos jurídicos.

A alternativa A está incorreta, porque na ADC, o próprio legitimado ativo estará defendendo a constitucionalidade da lei, não havendo necessidade do AGU o fazer, diferentemente do que ocorre no âmbito da ADI.

A alternativa C está incorreta, pois o pressuposto de demonstração de controvérsia judicial relevante só se aplica a ADC.

A alternativa D está incorreta, pois não cabe ADC para impugnar ato normativo estadual.

A alternativa E está incorreta, pois nenhuma ação do controle concentrado admite desistência, incluindo a ADC.

QUESTÃO 81 - Tendo em vista que o STF foi instado a se pronunciar sobre a constitucionalidade de uma série de medidas adotadas no contexto do combate à pandemia de covid-19, assinale a opção correta acerca do entendimento jurisprudencial do STF sobre tais medidas.

- a) Estados e municípios não puderam restringir temporariamente atividades religiosas coletivas presenciais, com o objetivo de evitar a proliferação da covid-19, na medida em que se entendeu incompatível com a CF a imposição de restrições à realização de cultos, missas e demais atividades presenciais de caráter coletivo como medida de contenção ao agravo da pandemia.
- b) O STF estendeu a todos os entes federativos a possibilidade de flexibilização das limitações de conformidade fiscal, instituída no texto constitucional pelo constituinte originário, relacionadas à expansão de ações governamentais de combate à pandemia que acarretassem despesas de caráter permanente.
- c) A interrupção abrupta da coleta e da divulgação de informações epidemiológicas indispensáveis para a análise da série histórica de evolução da pandemia foi considerada como consoante com preceitos fundamentais da CF, em especial os direitos à intimidade e à privacidade.



d) O STF determinou a elaboração de nova versão do Plano Geral de Enfrentamento e Monitoramento da covid-19 para os Povos Indígenas do Brasil e decidiu que os quilombolas e que residissem fora de suas comunidades tradicionais, em razão de estudos, atividades acadêmicas ou tratamento de saúde, fossem incluídos no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

e) O Poder Executivo federal exerce papel central no planejamento e na coordenação das ações governamentais em prol da saúde pública, motivo pelo qual foi reconhecida sua legitimidade para, unilateralmente, afastar as decisões dos governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram medidas sanitárias restritivas, em seus respectivos territórios, para o combate à pandemia.

Comentários

A questão trata sobre decisões do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Pandemia do Covid-19.

A alternativa correta é a **letra D**, conforme a ADPF 742: “Ante quadro de violação dos direitos fundamentais dos quilombolas considerada pandemia covid-19, cumpre à União a elaboração e implementação de plano nacional de enfrentamento e monitoramento. PANDEMIA VACINAÇÃO FASE PRIORITÁRIA PROVIDÊNCIA. Deve o Governo Federal adotar providências e protocolos sanitários que assegurem a vacinação dos quilombolas na fase prioritária.”, além do decidido na ADPF 709: “Determinação de elaboração e monitoramento de um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, de comum acordo, pela União e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, com a participação das comunidades indígenas, observados os prazos e condições especificados na decisão. 13. Voto pela ratificação da cautelar parcialmente deferida”

A alternativa A está incorreta, conforme ADPF 811: “É compatível com a Constituição Federal a imposição de restrições à realização de cultos, missas e demais atividades religiosas presenciais de caráter coletivo como medida de contenção do avanço da pandemia da Covid-19.”

A alternativa B está incorreta, pois a flexibilização de limitações de conformidade fiscal não foi instituída pelo constituinte originário, e sim pelo constituinte derivado reformador, tratando-se de uma emenda constitucional.

A alternativa C está incorreta, conforme decidido na ADPF 690: “Interromper a coleta e divulgação dos dados epidemiológicos sobre a Covid-19 viola os direitos à saúde e de acesso à informação e os princípios da publicidade e transparência da Administração Pública.”

A alternativa E está incorreta, conforme decidido na ADPF 672: “O Poder Executivo federal exerce o papel de ente central no planejamento e coordenação das ações governamentais em prol da saúde pública, mas nem por isso pode afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotem medidas sanitárias previstas na Lei 13.979/2020 no âmbito de seus respectivos territórios, como a imposição de distanciamento ou isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outros mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, sem prejuízo do exame da validade formal e material de cada ato normativo específico estadual, distrital ou municipal editado nesse contexto pela autoridade jurisdicional competente”

QUESTÃO 82 - A respeito da previsão normativa segundo a qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, assinale a opção correta.



a) Trata-se de comando constitucional instituído pelo constituinte originário no capítulo Das Finanças Públicas, da CF.

b) O STF declarou a inconstitucionalidade de tal previsão normativa, sob o argumento de que ela está em desacordo com os princípios constitucionais orçamentários da unidade e da universalidade.

c) O STF entendeu que tal previsão normativa estabeleceu requisito adicional para a validade material de leis que criem despesa ou concedam benefícios fiscais.

d) Trata-se de norma infraconstitucional cuja constitucionalidade não foi, até o momento, questionada perante o STF.

e) O STF afirmou a constitucionalidade da norma, declarando-a aplicável a todos os entes federativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme decidido pelo STF nas ADI's 5618 e 6303: "A Emenda Constitucional 95/2016, por meio da nova redação do art. 113 do ADCT, estabeleceu requisito adicional para a validade formal de leis que criem despesa ou concedam benefícios fiscais, requisitos esse que, por expressar medida indispensável para o equilíbrio da atividade financeira do Estado, dirige-se a todos os níveis federativos."

A alternativa A está incorreta, pois não foi uma norma oriunda do poder constituinte originário, e sim do derivado reformador, por meio da EC 95/16.

A alternativa B está incorreta, conforme ADI's 5618 e 6303.

A alternativa C está incorreta, pois tal requisito já era prevista no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não sendo um requisito adicional.

A alternativa D está incorreta, pois a referida norma já foi questionada no STF, nas ADI's 5618 e 6303.

QUESTÃO 83 - Considerando as regras constitucionais aplicáveis ao processo legislativo federal brasileiro, assinale a opção correta.

a) O veto presidencial será apreciado em sessão unicameral, dentro de quinze dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos deputados e senadores.

b) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF e dos tribunais superiores terão início no Senado Federal em respeito à proteção da Federação brasileira.

c) Se o presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, ele deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de dez dias contados da data do recebimento, e comunicar, dentro de setenta e duas horas, ao presidente do Senado Federal os motivos do veto.

d) Projeto de lei aprovado por uma das Casas legislativas será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Caso o projeto seja emendado, ele voltará à Casa iniciadora.



e) A Casa legislativa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Ulterior aquiescência do presidente República, mediante sanção do projeto de lei, quando dele seja a prerrogativa usurpada, sana o vício de inconstitucionalidade.

Comentários

A questão trata sobre processo legislativo.

A alternativa correta é a **letra D**, conforme art. 65 da CF: “O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.”

A alternativa A está incorreta pois o veto presidencial será analisado em 30 dias, e não tem 15, conforme art. 66, §4º: “O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.”

A alternativa B está incorreta, pois o projeto de lei só inicia no Senado Federal se for proposto por Senador, os demais iniciando na Câmara dos Deputados.

A alternativa C está incorreta, conforme art. 66, §1º: “Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.”

A alternativa E está incorreta, pois conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o veto presidencial não convalida vício de iniciativa.

QUESTÃO 84 - Com relação às medidas provisórias, assinale a opção correta segundo a CF e a jurisprudência do STF.

a) Os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias, vertidos nos conceitos jurídicos indeterminados da relevância e da urgência, submetem-se, apenas em caráter excepcional ao crivo do Poder Judiciário, em obediência à separação dos Poderes.

B) A lei de conversão pode convalidar os vícios materiais porventura existentes na medida provisória, os quais não poderão ser objeto de análise pelo STF no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade.

c) Medida provisória que implique instituição ou majoração de tributos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte ao de sua edição se convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que houver sido editada

d) O regime de urgência que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional não tem incidência em matérias passíveis de regramento por medida provisória.

e) Não se admite, no atual ordenamento jurídico brasileiro, a existência de uma medida provisória em vigor há mais de vinte anos.

Comentários

A questão trata sobre medidas provisórias.



A alternativa correta é a **letra A**. O Supremo Tribunal Federal entende que, em situações excepcionais, é cabível ao poder judiciário analisar os requisitos da medida provisória, conforme decidido na MC na ADI 2213.

A alternativa B está incorreta, pois a conversão da MP em Lei não convalida os vícios materiais, podendo ser objeto de análise pelo STF.

A alternativa C está incorreta, conforme art. 62, §2º: “Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.”

A alternativa D está incorreta, pois o STF entendeu que o trancamento de pauta previsto no §6º do art. 62 só se aplica às leis que versem sobre temas passíveis de regramento por medida provisória, ao contrário do que afirma a questão. (STF. Plenário. MS 27931/DF, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 29/6/2017 (Info 870).

A alternativa E está incorreta, a MP 2245-45/2001 por exemplo está em vigor até hoje, editada em 2001.

QUESTÃO 85 - De acordo com a CF e com o entendimento do STF a respeito da educação e do ensino, julgue os itens a seguir.

I. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

II. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

III. A União aplicará, anualmente, pelo menos 15% de sua receita tributária total na manutenção e no desenvolvimento do ensino; no caso dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, esse percentual mínimo será de 20%

IV. Para efeito do cálculo do valor mínimo a ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ou pelos estados aos respectivos municípios, não é considerada receita do ente federativo que a transferir.

V. A gradação do percentual mínimo de recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino não pode acarretar restrições às competências constitucionais do Poder Executivo para a elaboração das propostas de leis orçamentárias.

Estão certos apenas os itens

a) I e III

b) IV e V

c) II, III e IV

d) I, II, III e V

e) I, II, IV e V

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**. Vejamos item a item.

O item I está correto, conforme art. 205 da CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

O item II está correto, conforme art. 210, §2º, da CF: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

O item III está incorreto, conforme art. 212 da CF: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

O item IV está correto, conforme art. 212, §1º, da CF: “A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.”

O item V está correto, conforme o decidido na ADI 6275: “O art. 212 da Constituição Federal especifica que a “União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. 2. A gradação de percentual mínimo de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não pode acarretar restrições às competências constitucionais do Poder Executivo para a elaboração das propostas de leis orçamentárias. Inteligência do art. 165 da Constituição Federal. 3. Invalidez de emenda à Constituição estadual que, aprovada em turno único de votação, resulte de emenda parlamentar e acarrete aumento de despesa em proposta do Poder Executivo. Inteligência do art. 60, § 2º, de observância obrigatória por parte dos Estados-Membros, e do art. 63, I, da Constituição Federal. Precedentes. 4. Os artigos impugnados subtraem do Poder Executivo local a legítima atribuição para definir e concretizar, em consonância com as prioridades do Governo em exercício, políticas públicas igualmente relevantes à concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, relacionadas a outros direitos fundamentais, a exemplo da saúde e da segurança pública. Ofensa à separação de poderes. Precedentes. 5. Inconstitucionalidade de normas que estabelecem vinculação de receitas tributárias a órgãos, fundos ou despesas, por violação ao art. 167, IV, da Constituição Federal, e restrição à atribuição constitucional do Poder Executivo para elaborar propostas de leis orçamentárias. Precedentes. 6. Medida cautelar confirmada e ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.”

QUESTÃO 86 - A respeito de emendas constitucionais, do preâmbulo da CF e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinale a opção correta conforme a jurisprudência do STF e a doutrina constitucional.

a) Uma emenda constitucional pode ingressar na ordem constitucional brasileira mesmo que não altere expressa e textualmente o preâmbulo, o corpo permanente ou o ADCT da CF.

b) Um preâmbulo destina-se, sobretudo a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, motivo pelo qual não se encontram no preâmbulo da CF disposições com efeitos instantâneos e definitivos, com efeitos diferidos ou com efeitos permanentes.



c) O preâmbulo da CF e o ADCT possuem a mesma força jurídica, podem criar direitos e obrigações e constituem parâmetro para o controle de constitucionalidade, motivo pelo qual devem ser reproduzidos nas constituições estaduais.

d) A *invocatio Dei* no preâmbulo da CF não é norma de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do DF e dos municípios. na medida em que enfraquece a laicidade do Estado brasileiro

e) Todas as Constituições Federais, de 1824 a 1988, tiveram preâmbulo e apresentaram ADCT como ato destacado do restante do corpo do texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados na forma do art. 5º, §3º, da CF, por exemplo, ingressam na ordem constitucional brasileira sem alterar preâmbulo, ADCT, ou corpo permanente.

A alternativa B está incorreta, pois a parte constitucional que visa auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra é o ADCT, e não o preâmbulo.

A alternativa C está incorreta, pois o preâmbulo não tem força jurídica, não criando direitos e obrigações, nem constituindo parâmetro para o controle de constitucionalidade, e nem sendo de reprodução obrigatória pelos Estados, conforme decidido pelo STF.

A alternativa D está incorreta, porque apesar da “Invocação de Deus” realmente não ser norma de reprodução obrigatória pelos estados, ela não enfraquece a laicidade do Estado Brasileiro, conforme entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal.

A alternativa E está incorreta, porque a Constituição de 1824 não trouxe ADCT, afinal, era a primeira constituição brasileira, não havendo regime de transição.

QUESTÃO 87 - Acerca da tributação e do orçamento, considerando o texto constitucional, assinale a opção correta.

a) Cabe a lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

b) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União e a seus fundos bem como aos órgãos e às entidades da administração direta e indireta, salvo fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos e sobre transferências tributárias constitucionais para os estados.

e) Integrará o plano plurianual, para os exercícios a que se refira e, pelo menos, para um exercício subsequente, anexo com a previsão de agregados fiscais e a proporção dos



recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

Comentários

A questão trata sobre tributação e orçamento na CF.

A alternativa correta é a **letra C**, conforme art. 165, §2º, da CF: “A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

A alternativa A está incorreta, conforme art. 165, §9º, I, da CF: “Cabe à lei complementar: I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 165, §5º, I, da CF: “A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 166, §3º, II, “a” e “b”, da CF: “As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida;”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 165, §12: “Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.”

QUESTÃO 88 - No que se refere à repartição constitucional de competências e à regulação das hipóteses de intervenção, pilares do federalismo, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, bem como sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

b) No que concerne à competência concorrente da União e dos estados, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, mas eventual superveniência de lei federal sobre normas gerais implicará a revogação da lei estadual, no que lhe for contrário.

c) A União poderá intervir em município situado em estado, para reorganizar suas finanças públicas, na hipótese de suspensão do pagamento da dívida consolidada por mais de três anos consecutivos.

d) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, bem como sobre orçamento e juntas comerciais.

e) É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios emitir moeda e administrar as reservas cambiais do Brasil e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.



Comentários

A questão trata sobre competência dos entes federados.

A alternativa correta é a **letra A**, conforme art. 22, I e VII, da CF: “Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...) VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 24, §4º, da CF: “A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

A alternativa C está incorreta, pois a União só pode intervir em municípios situados em territórios, conforme art. 35 da CF: “O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 24, I, II e III, da CF: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais;”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 21, VII e VIII, da CF: “Compete à União: (...) VII - emitir moeda; VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;”

QUESTÃO 89. Um órgão da administração pública necessita realizar contratações para:

I aquisição de material de expediente.

II cadastramento de clínicas oftalmológicas para exames necessários à expedição de carteira nacional de habilitação (CNH).

III compra de passagens aéreas.

IV avaliação de desempenho de fornecedor de serviços de copeiragem.

V aquisição de café e açúcar.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, é correto afirmar que, na situação hipotética apresentada, ao procedimento, auxiliares de contratação cabíveis

a) o sistema de registro de preços, para os objetos I e V, o registro cadastral unificado, para os objetos II e III, e a pré-qualificação para o objeto IV.

b) o pregão, para o objeto I, o credenciamento, para os objetos II e V, a concorrência, para o objeto III, e o procedimento de manifestação de interesse, para o objeto IV.

c) o sistema de registro de preços, para os objetos I e V, o credenciamento, para os objetos II e III, e o registro cadastral unificado, para o objeto IV,

d) o pregão, para os objetos I e V, o credenciamento, para os objetos II e III, e a pré-qualificação, para o objeto IV.

e) o pregão, para os objetos I e V, a concorrência, para os objetos II e III, e o diálogo competitivo, para o objeto IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. O sistema de registro cadastral unificado é procedimento que visa antecipar a qualificação de empresas, que ao participarem posteriormente de licitação já estarão com a etapa da qualificação realizada; este procedimento não se mostra compatível com o item II, que é situação de credenciamento.

As alternativas B, D e E estão incorretas. Pregão e concorrência não são procedimentos auxiliares de contratação, conforme artigo 78 da lei 14133/21: "Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento; II - pré-qualificação; III - procedimento de manifestação de interesse; IV - sistema de registro de preços; V - registro cadastral".

A alternativa C está correta. Conforme artigo 6º da lei 14133/21: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados; XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras".

QUESTÃO 90. O *sandbox* regulatório

a) poderá afastar, por prazo indeterminado a incidência de normas dos órgãos ou das entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial no âmbito de programas de ambiente regulatório experimental.

b) é um ambiente regulatório experimental, com condições especiais simplificadas para que as pessoas físicas ou jurídicas possam receber autorização permanente dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais.

c) é um ambiente regulatório experimental, com condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais.

d) é um ambiente regulatório experimental, com condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização permanente dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais.

e) não poderá afastar a incidência de normas dos órgãos ou das entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial no âmbito de programas de ambiente regulatório experimental.

Comentário

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não afastará de modo indeterminado, mas apenas durante o período do sandbox, que é temporário, nos termos do artigo 11 da LC 182/21: " Os órgãos e as entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial poderão, individualmente ou em colaboração, no âmbito de programas de ambiente regulatório experimental (sandbox



regulatório), afastar a incidência de normas sob sua competência em relação à entidade regulada ou aos grupos de entidades reguladas".

As alternativas B e D estão incorretas. A autorização é temporária e não permanente, nos termos do artigo 11 da LC 182/21, acima citado.

A alternativa C está correta. Conforme artigo 2º, II, da LC 182/21: "II - ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório): conjunto de condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais, mediante o cumprimento de critérios e de limites previamente estabelecidos pelo órgão ou entidade reguladora e por meio de procedimento facilitado".

A alternativa E está incorreta. Incidência de normas dos órgãos poderá ser afastada, nos termos do artigo 11 da LC 182/21, acima citado.

QUESTÃO 91. Determinada banca de jornal foi instalada regularmente em uma esquina de pouco movimento. Passados dez anos, um hospital público foi construído na região, e um grande número de pessoas e veículos começou a circular no local, de forma que a atividade da banca de jornal passou a dificultar a passagem de pedestres e o trânsito local de veículos.

Nessa situação hipotética é correto que a administração pública

a) invalide a permissão de uso de bem público concedida ao proprietário da banca de jornal, por razões de conveniência e oportunidade da administração.

b) mantenha a banca de jornal no local onde ela se encontra, haja vista o direito adquirido do proprietário decorrente do lapso temporal transcorrido.

c) revogue a permissão de uso de bem público concedida ao proprietário da banca de jornal, por razões de conveniência e oportunidade da administração.

d) convalide a permissão de uso de bem público concedida ao proprietário da banca de jornal, dada a nova situação consolidada com a construção do hospital público.

e) invalide a permissão de uso de bem público concedida ao proprietário da banca de jornal, em virtude da ilegalidade superveniente do ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

As alternativas A e E estão incorretas. Não há ilegalidade no ato, já que realizado de maneira regular, de modo que não há como invalidar ato válido.

A alternativa B está incorreta. Não há direito adquirido, já que a permissão é ato administrativo unilateral, discricionário e precário.

A alternativa C está correta. A revogação é ato discricionário da administração pública, que diante de um cenário em que a atividade não seja mais conveniente ou oportuna para a administração, retira a permissão dada ao particular, que foi dada de maneira precária.

A alternativa D está incorreta. Convalidação é a correção de vício sanável em ato administrativo, o que em nada resolve a problemática proposta pela questão, já que não há vício no ato administrativo descrito.



QUESTÃO 92. Conforme o disposto na Lei n. 13.848/2019 (Lei Geral das Agências Reguladoras), a análise de impacto regulatório é um procedimento

a) administrativo prévio a edição de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários de serviços e contém informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

b) técnico em que órgãos e entidades específicos são convidados a apresentar pareceres e laudos, sem a utilização de mecanismos de participação social.

c) facultativo que pode ser utilizado pelas agências reguladoras ou pela sociedade em geral previamente a edição de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos consumidores ou usuários de serviços.

d) administrativo que viabiliza a democracia participativa, na medida em que a agência reguladora, ad referendum da sociedade, implanta medidas de sustentabilidade ambiental para os agentes econômicos, consumidores ou usuários de serviços.

e) destinado a avaliar o impacto de atos normativos editados pelas agências reguladoras após o período de um ano da sua publicação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 6º da lei 13.848/19: " A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo".

A alternativa B está incorreta. Há a possibilidade de realização de consulta ou audiência pública- artigo 6º, §4º, da lei 13.848/19: "A manifestação de que trata o §3º integrará, juntamente com o relatório de AIR, a documentação a ser disponibilizada aos interessados para a realização de consulta ou de audiência pública, caso o conselho diretor ou a diretoria colegiada decida pela continuidade do procedimento administrativo".

A alternativa C está incorreta. É procedimento obrigatório e não facultativo - artigo 6º da lei 13.848/19, acima citado.

A alternativa D está incorreta. O procedimento não implanta medidas, apenas conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

A alternativa E está incorreta. É procedimento prévio ao ato normativo e não posterior, conforme artigo 6º da lei 13.848/19, acima citado.

QUESTÃO 93. Determinada empresa do setor de construção civil participou de licitação, na modalidade concorrência com critério de julgamento técnica e preço, para revitalização da fachada de um edifício público tendo indicado, para fins de pontuação por capacitação técnico-profissional, o engenheiro Túlio, seu empregado, que possuía ampla experiência na área objeto da licitação, além de especialização, mestrado e doutorado em engenharia civil. A empresa venceu a licitação e, após o início das obras, despediu Túlio, por entender que era muito dispendioso manter um profissional com tal gabarito em seu quadro de empregados.



A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) Não houve nenhuma ilegalidade na dispensa de Túlio, então a execução do contrato poderá seguir normalmente, pois foi a empresa que venceu a licitação, e não o empregado.

b) Túlio tem direito à estabilidade no prazo da relação contratual entre a empresa e a administração pública, razão pela qual poderá pleitear judicialmente sua reintegração à empresa.

c) Caso a dispensa de Túlio tenha sido injustificada, a empresa classificada na segunda colocação do certame licitatório deverá assumir o contrato e finalizar a execução do serviço.

d) Túlio não poderia ter sido dispensado antes do término do contrato, pois a capacitação técnico-profissional apresentada é *intuitu personae*.

e) Túlio deverá participar da execução da reforma, sendo admitida a sua substituição somente por profissional de experiência equivalente ou superior, condicionada à aprovação pela administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, C e D estão incorretas e a alternativa E está correta. Embora a empresa tenha sido a vencedora, utilizou funcionário para obtenção de pontuação, de modo que a execução deverá ter a participação do funcionário ou de outro no mínimo equivalente ao dispensado - artigos 38 e 67, §6º, da lei 14133/21: " No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente. (...)Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração".

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal que garanta estabilidade ao funcionário.

QUESTÃO 94. Um ônibus de empresa concessionária de transporte público de passageiros transitava pelas ruas da cidade, dentro do limite permitido de velocidade, quando foi abalroado por veículo particular que trafegava em altíssima velocidade. Em decorrência da batida, o motorista perdeu o controle da direção do ônibus, que foi lançado para a calçada, atingiu um pedestre, que estava no ponto de ônibus, e derrubou o muro de uma casa vizinha. Diversos passageiros do ônibus ficaram feridos. O pedestre atingido pelo ônibus morreu imediatamente, antes da chegada do socorro.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade da concessionária de serviço público é

a) subjetiva, no que tange à morte do pedestre, e objetiva, no que tange aos passageiros que estavam dentro do ônibus e ao proprietário da casa cujo muro foi derrubado.

b) objetiva no que tange ao pedestre morto, aos passageiros que estavam dentro do ônibus e ao proprietário da casa cujo muro foi derrubado.

c) subjetiva no que tange ao pedestre morto, aos passageiros que estavam dentro do ônibus e ao proprietário da casa cujo muro foi derrubado.

d) objetiva, no que tange ao pedestre morto e aos passageiros que estavam dentro do ônibus, e subjetiva, no que tange ao proprietário da casa cujo muro foi derrubado.



e) subjetiva, no que tange ao pedestre morto e aos passageiros que estavam dentro do ônibus, e objetiva, no que tange ao proprietário da casa cujo muro foi derrubado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas e a alternativa B está correta. Independentemente de se tratarem de passageiros ou terceiros prejudicados pela situação, a responsabilidade da concessionária de serviço pública será objetiva, conforme artigo 37, §6º, da CF: "§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Ainda: "I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado" (RE 591874)

QUESTÃO 95. Quanto às hipóteses de contratação direta, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

a) A dispensa de licitação pode ser utilizada para aquisição de material de fornecedor exclusivo, e a inexigibilidade aplica-se à contratação de profissional do setor artístico.

b) O rol de hipóteses legais de dispensa de licitação é exemplificativo, ao passo que o das hipóteses legais de inexigibilidade é taxativo.

c) Em hipótese de inexigibilidade, a competição é possível, entretanto razões de tomo levaram o legislador a admitir a contratação direta, ao passo que, na dispensa de licitação, há inviabilidade de competição.

d) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual prestados por profissionais de notória especialização pode ser feita por inexigibilidade de licitação, enquanto a aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras pode-se dar por dispensa de licitação.

e) A dispensa de licitação é admitida para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual prestados por profissionais de notória especialização, ao passo que a inexigibilidade poderá ser utilizada nas hipóteses de contratação por baixo valor, que deverá obedecer a critério isonômico de contratação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A contratação de fornecedor exclusivo e causa de inexigibilidade, conforme artigo 74, I, da lei 14133/21: " É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos"



A alternativa B está incorreta. O rol de dispensa é taxativo e o de inexigibilidade é exemplificativo, como dispõem os artigos 74, caput, e 75, caput, da lei 14133/21: " É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) É dispensável a licitação: (...)"

A alternativa C está incorreta. Na contratação direta por inexigibilidade a competição é inviável, já na contratação direta por dispensa é possível, mas por razões descritas na lei se opta pela contratação sem procedimento competitivo.

A alternativa D está correta. Conforme artigos 74, III, e 75, IV, m, da lei 14133/21: " É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (...) Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde"

A alternativa E está incorreta. Contratação de serviços técnicos é caso de inexigibilidade e contratação de baixo valor é caso de dispensa, nos termos dos artigos 74, III, e 75, I e II, da lei 14133/21: " É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (...)É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras".

QUESTÃO 96. Bernardo, jogador de futebol profissional aposentado, foi nomeado para exercer determinado cargo em comissão na administração pública. Por seu carisma e sua cordialidade, além da competência e assiduidade no desempenho do trabalho, logo se tornou bastante querido entre os colegas, sendo alçado a capitão do time de futebol dos agentes da repartição, o que deixou o seu chefe, capitão do time até então, extremamente incomodado com a situação. Diante disso, o chefe, que havia designado Bernardo para o cargo, resolveu exonerá-lo.

Nessa situação hipotética, Bernardo

- a) não tem direito à reintegração nem à indenização.**
- b) tem direito à reintegração ao cargo, dada a ilegalidade de sua exoneração.**
- c) não tem direito à reintegração, mas poderá ser indenizado pela ausência de motivação do ato de exoneração.**
- d) tem direito à reversão ao cargo, dada a ilegalidade de sua exoneração.**
- e) tem direito à recondução ao cargo e à indenização pela dispensa arbitrária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas e a alternativa A está correta. O cargo em comissão, sendo exceção ao princípio do acesso por concurso público, é de livre nomeação pela autoridade competente, não necessitando justificar sua escolha ou mesmo condicionar tal pessoa a determinado teste ou prova. Da mesma forma que a escolha é discricionária, a sua dispensa



também é, não necessitando justificativa por parte da autoridade. Embora a questão mencione um movel (motivação pessoal do agente, intenção subjetiva), este não é confundido como motivo do ato administrativo, o qual não, pelas informações dadas, não foi mencionado.

QUESTÃO 97. Ao analisar um contrato administrativo celebrado para prestação de serviços continuados no âmbito de um órgão federal, o gestor do contrato entendeu que o contratado praticara ato que caracterizava, ao mesmo tempo infração tipificada tanto na legislação de licitações e contratos por ter causado dano patrimonial à administração pública federal, quanto na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla PAR ,sempre que empregada, corresponde a processo administrativo de responsabilização.

a) O gestor do contrato é a autoridade competente para instaurar o PAR com a finalidade de apurar, processar e julgar eventual cometimento de infrações às duas legislações mencionadas.

b) A autoridade competente deverá noticiar ao Ministério Público a instauração de PAR para apuração de eventuais ilícitos.

c) gestor do contrato deve noticiar os fatos à Controladoria-Geral da União (CGU) órgão que detém competência privativa para instaurar, processar e julgar PAR no âmbito da administração pública federal.

d) As supostas infrações deverão ser apuradas e julgadas nos autos de um mesmo processo administrativo, ainda que julgadas por autoridades distintas no âmbito da administração pública federal.

e) A instauração de processo administrativo cujo objeto seja a reparação integral do dano patrimonial causado pelo contratado está condicionada à instauração, ao processamento e à conclusão de PAR.

Comentários

Questão passível de anulação, pois não tem alternativa correta.

A alternativa A está incorreta. O gestor do contrato não tem competência para instauração do PAR, as autoridades competentes estão expressas no artigo 8º da lei 12.846/13: " A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa. §2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento".

A alternativa B está incorreta. A notícia ao MP deverá ser realizada após a conclusão do PAR, e não junto a sua instauração, e por meio da comissão designada, não pela autoridade competente, conforme artigo 15 da lei 12.846/13: " A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos".

A alternativa C está incorreta. Como dito acima, não há uma competência privativa da CGU, mas concorrente, nos termos do artigo 8º, §2º, da lei 12.846/13: "No âmbito do Poder Executivo federal,



a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento".

A alternativa D está incorreta. A apuração e julgamento deverá ser conjunta, conforme artigo 159 da Lei 14.133/2021: " Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei".

A alternativa E está incorreta. Não há a necessidade de instauração, processamento ou conclusão do PAR, nos termos do artigo 13 da lei 12.846/13: " A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei".

QUESTÃO 98. No curso de inquérito administrativo em processo administrativo disciplinar (PAD), o servidor investigado informou, em petição, que o fato supostamente ilícito sob investigação havia sido objeto de ação penal cuja sentença ainda não transitada em julgado, absolvera o investigado, com o fundamento de que ele não era o autor do fato.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n. 8.112/1990 e a jurisprudência do STJ, a comissão constituída para conduzir o PAD deverá

- a) determinar a realização de diligência para verificar a veracidade da alegação feita pelo investigado.**
- b) suspender o processamento do PAD enquanto aguarda a conclusão definitiva da ação penal**
- c) absolver o investigado, em virtude do fundamento da sentença penal proferida.**
- d) propor a absolvição do investigado, em virtude do fundamento da sentença penal proferida.**
- e) prosseguir com o processamento do PAD.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas e a alternativa E está correta. Vigora no direito brasileiro o princípio da independência das instâncias administrativa e penal, podendo está vincular aquelas apenas se restar reconhecida inexistência material do fato ou a negativa de autoria em sentença transitada em julgado, não havendo o trânsito em julgado, o PAD deverá seguir normalmente, conforme artigo 126 da lei 8.112/90: "Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria".

Ainda: "A sentença proferida no âmbito criminal somente repercute na esfera administrativa quando reconhecida: a) a inexistência material do fato; ou b) a negativa de sua autoria. Assim, se a absolvição ocorreu por ausência de provas, a administração pública não está vinculada à decisão proferida na esfera penal. STF. 2ª Turma. RMS 32357/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 17/3/2020" (Info 970)



QUESTÃO 99 – Acerca da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº. 8.842/2016, assinale a opção correta:

- a) O decreto legislativo que incorporou tal convenção ao ordenamento jurídico brasileiro observou o procedimento legislativo ordinário, o que lhe conferiu hierarquia de lei ordinária federal.
- b) Para efeitos da referida convenção, salvo quando o contexto exigir interpretação diferente, a autoridade competente no Brasil é o ministro da economia.
- c) Essa convenção foi aprovada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, por maioria de dois terços dos Estados-membros presentes e votantes.
- d) A assistência administrativa de que trata tal convenção compreende a troca de informações, incluindo-se fiscalizações tributárias simultâneas e a participação em fiscalizações tributárias levadas a efeito no estrangeiro.
- e) Ao depositar a carta da ratificação à referida convenção, o governo brasileiro apresentou declarações, mas não fez reservas quando de sua promulgação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A letra A está incorreta. O processo de incorporação de tratados internacionais se perfectibiliza com a promulgação do texto legal do tratado mediante decreto presidencial.

A letra B está incorreta. A autoridade competente é o Secretário da Receita Federal do Brasil, conforme estabelece o art. 2º, inc. II, Dec. nº 8.842/2016: “Ao depositar a Carta de Ratificação à Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, em 1º de junho de 2016, o Governo brasileiro fez as seguintes declarações: [...] II - a Autoridade Competente para a República Federativa do Brasil é o Secretário da Receita Federal do Brasil (Anexo B da Convenção)”.

A letra C está incorreta. A Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária foi aprovada pelos Estados Membros do Conselho da Europa e pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme previsto no preâmbulo da referida Convenção.

A letra D está correta. O art. 1º, 2, da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária estabelece: “2. A assistência administrativa referida compreende: a) a troca de informações, incluindo fiscalizações tributárias simultâneas e a participação em fiscalizações tributárias levadas a efeito no estrangeiro”;

A letra E está incorreta. Ao depositar o instrumento de ratificação, o Governo brasileiro fez reservas, conforme estabelece o art. 1º do Dec. nº 8.842/2016: “Art. 1º Fica promulgado o texto da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, firmada em Cannes, em 3 de novembro de 2011, com as seguintes reservas: I - nos termos do Artigo 30, parágrafo 1º .b, da Convenção, o Governo brasileiro não prestará assistência quanto à recuperação de qualquer crédito tributário ou quanto à recuperação de multas administrativas, para todos os tributos; II - nos termos do Artigo 30, parágrafo 1º .d, da Convenção, o Governo brasileiro não prestará assistência quanto à notificação para todos os tributos; e III - nos termos do Artigo 30, parágrafo 1º .e, da Convenção, o Governo brasileiro não permitirá que sejam feitas notificações por meio postal, conforme disposto no Artigo 17, parágrafo 3º”.



QUESTÃO 100 – Julgue os itens a seguir, relativos às imunidades e isenções diplomáticas em matéria tributária.

I As imunidades e isenções diplomáticas decorrem de norma costumeira amplamente aceita pelos membros da Organização das Nações Unidas, razão por que ainda não foram codificadas.

II Os direitos e emolumentos que a missão perceba em razão da prática de atos oficiais estarão isentos de todos os impostos ou taxas.

III Os impostos indiretos e as tarifas relativas a serviços que o beneficiário do privilégio diplomático tenha efetivamente utilizado são exceções à imunidade diplomática tributária.

IV O próprio beneficiário da isenção e da imunidade diplomática assim como o respectivo Estado acreditante dispõem do direito de renunciar a esses privilégios, devendo a renúncia ser expressa.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto. Os privilégios e imunidades diplomáticos e consulares estão previstos, respectivamente, na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e na Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963. (Questão tratada no Síntese Estratégica para PGFN).

O item II está correto. O art. 28 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 dispõe: “Os direitos e emolumentos que a Missão perceba em razão da prática de atos oficiais estarão isentos de todos os impostos ou taxas”. (Questão tratada no Síntese Estratégica para PGFN).

O item III está correto. O art. 34, letras “a” e “e” da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 dispõe: “O agente diplomático gozará de isenção de todos os impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais, com as exceções seguintes: a) os impostos indiretos que estejam normalmente incluídos no preço das mercadorias ou dos serviços; [...] e) os impostos e taxas que incidem sobre a remuneração relativa a serviços específicos”. (Questão tratada no Síntese Estratégica para PGFN).

O item IV está incorreto. A renúncia pode ser feita apenas pelo Estado acreditante, uma vez que se trata de prerrogativa, e não de privilégio pessoal do agente diplomático. A propósito, o art. 32, parágrafos 1 e 2, estabelecem: “1. O Estado acreditante pode renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos e das pessoas que gozam de imunidade nos termos do artigo 37. 2. A renúncia será sempre expressa”.

Assim, a alternativa correta é a **letra C**, pois estão certas as disposições dos itens II e III.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

